



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA JÚLIA CARNEIRO DE SOUZA GUIMARÃES

**HABITAÇÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO:
CONJUNTO HABITACIONAL CARMEN PORTINHO**

PALMAS – TO

2021

MARIA JÚLIA CARNEIRO DE SOUZA GUIMARÃES

**HABITAÇÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO:
CONJUNTO HABITACIONAL CARMEN PORTINHO**

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Fundação Universidade Federal do Tocantins, orientado pela Prof. Dra. Patrícia Orfila Barros dos Reis, como parte dos requisitos para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista.

PALMAS – TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

G963h Guimarães, Maria Júlia Carneiro de Souza.
 Habitação social sob a perspectiva de gênero: conjunto
 habitacional Carmen Portinho . / Maria Júlia Carneiro de Souza
 Guimarães. – Palmas, TO, 2021.
 74 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Arquitetura e Urbanismo,
 2021.

 Orientadora : Patrícia Orfila Barros dos Reis

 1. Habitação de Interesse Social. 2. Arquitetura e Urbanismo. 3.
 Feminismo. 4. Mulheres Chefes de Família. I. Título

CDD 720

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA JÚLIA CARNEIRO DE SOUZA GUIMARÃES

HABITAÇÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO CONJUNTO HABITACIONAL CARMEN PORTINHO

Trabalho Final de Graduação apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo, da Fundação Universidade Federal do Tocantins, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Arquiteto e Urbanista.

Data da aprovação: 17 / 09 / 2021

Banca Examinadora



Orientadora

Profa. Dra. Patrícia Orfila Barros dos Reis
Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT

Examinadora

Profa. Dra. Márcia da Costa Rodrigues de Camargo
Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT

Examinadora

Profa. Dra. Patrícia Santos Pedrosa
Universidade Beira Interior UBI (UBI) e Centro Interdisciplinar
de Estudos de Gênero, do Instituto Superior de Ciências Sociais
e Políticas da Universidade de Lisboa (CIEG-ISCSP-ULisboa)

PALMAS- TO

2021

Dedico esta pesquisa a todas as mulheres marginalizadas e as colegas que ainda hoje lutam por espaço e reconhecimento no universo da arquitetura e urbanismo.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram de forma direta e indireta para a minha formação pessoal e acadêmica, ofereço meus agradecimentos primeiramente aos meus pais, Eliana e Evandro, por todo o apoio que me deram, ao meu irmão Fábio, que sempre torceu pelo meu sucesso e que me deu conselhos valiosos que levarei para a vida.

Aos professores que se fizeram presentes nessa jornada, especialmente, a minha orientadora Patrícia Orfila, que, em um dos momentos mais sombrios da minha jornada, onde me encontrava duvidando da minha própria capacidade, não me sentindo pertencente ao curso, foi ela quem me inspirou e fez eu me apaixonar novamente por essa área tão incrível, além de ser dona de uma das melhores aulas que já tive dentro da universidade. A professora Ana Beatriz Velasques, por ter sido mais do que uma professora e orientadora de pesquisa, foi minha “mãezona” dentro do curso e se tornou uma preciosa amiga que quero levar para toda a vida. A professora Márcia de Camargo, por todo o carinho do mundo, por sempre me receber com um grande sorriso no rosto, por todas as histórias de suas aventuras e por ter sido catalizadora no despertar do meu amor pelo Paisagismo.

Aos meus amigos, agradeço a todos, principalmente aqueles que estiveram comigo durante esse processo. Em especial ao meu grande amigo Wallas Rodrigues, por todo o apoio e por estar sempre presente nos momentos em que mais precisei de apoio; ao João Victor Vilanova, por ter sido essencial nessa reta final, provando ser um amigo mais do que leal; a Gabriella Veloso por toda a força, carinho, apoio emocional e por ter me inspirado tanto, a Maria Eduarda Magalhães que foi uma amiga importante nessa etapa, por estarmos nessa reta final juntas, onde o apoio foi mútuo, a Shelen Assakawa por ter se disponibilizado a me auxiliar neste trabalho, sei que não teria conseguido sem o seu apoio; ao Lucas Marcelino, por ser um nerd do paisagismo e por me dar dicas valiosas; ao Pedro Henrique, pela companhia nas madrugadas adentro e pela ajuda no “abstract”; a Maria Eduarda Madureira, que se dispôs a me ajudar sem pensar duas vezes, sendo de grande importância para este TCC; ao Estevão Brasil que, mesmo estando em outro estado, tirou do tempo dele para me auxiliar na parte estrutural deste projeto; a Gabriela Sampaio que se colocou disponível para me ajudar e que sempre me deu apoio emocional; a Daiana Walker que sempre se mostrou disponível para me ajudar, não importa a situação, ela sempre está ali pra mim e eu serei eternamente grata por tudo. Aos amigos não citados, sou

grata a vocês também, pois fizeram parte da minha jornada, sou muito feliz por ter vocês na minha vida.

Meus sinceros agradecimentos a Atlética Descompasso por todo o aprendizado e momentos felizes, levarei todas as memórias com muito carinho para o resto da minha vida. Ao Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo por me aceitarem como membro e me ensinar a lidar com as diferenças em prol de uma causa maior. Sem vocês, eu não estaria aqui hoje finalizando essa etapa, muito obrigada!

RESUMO

A proposta do Conjunto Habitacional Carmen Portinho se deu pelo interesse em desenvolver uma arquitetura inclusiva e que atenda as necessidades cotidianas de mulheres chefes de família que vivem na região das ARNOS, no município de Palmas TO. A pesquisa trata da construção de um espaço urbano e de habitação, mais especificamente uma Habitação de Interesse Social sob a perspectiva de gênero, tendo em vista que o Estado e suas políticas públicas costumam perpetuar o machismo e a desinformação no modo de projetar e difundir características urbanas e arquitetônicas, sem levar em conta as necessidades especiais das mulheres que são mães e possuem o papel de prover e sustentar a família. A pesquisa analisa ainda a classe social desse grupo, fator essencial para compreender como essas mulheres vivem, qual a realidade delas e suas demandas. A habitação coletiva foi uma escolha intencional com o objetivo de ressaltar as mulheres, chefes de família e, portanto, protagonistas da vida cotidiana destes locais.

Palavra-chave: Mulheres Chefes de Família, Feminismo, Habitação de Interesse Social, Arquitetura, Urbanismo.

ABSTRACT

The proposal of the Carmen Portinho Housing Estate arose from the interest in developing an inclusive architecture that meets the daily needs of women heads of household who live in the ARNOS region, in the city of Palmas TO. The research deals with the construction of an urban and housing space, more specifically a Social Interest Housing from a gender perspective, considering that the State and its public policies usually perpetuate machismo and misinformation in the way of designing and spreading urban and architectural characteristics, without taking into account the special needs of women who are mothers and have the role of providing and supporting the family. The research also analyzes the social class of this group, an essential factor to understand how these women live, what their reality is, and their demands. Collective housing was an intentional choice with the purpose of highlighting women, heads of families and, therefore, protagonists of the daily life of these places.

Key-words: Women Leaders of Household, Feminism, Social Housing, Architecture, Urbanism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	“The Gherkin”, Londres	19
Figura 2 -	Pedregulho, Rio de Janeiro	22
Figura 3 -	Perspectiva dos estudos preliminares do Pedregulho	22
Figura 4 -	Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, Guarulhos	23
Figura 5 -	Implantação do projeto	24
Figura 6 -	Planta baixa do pavimento tipo	24
Figura 7 -	Exemplo de conjunto habitacional produzido pelo BNH	25
Figura 8 -	Mapeamento de dinamização comunitária e estudos de investigação	31
Figura 9 -	Residencial Gameleira, Belo Horizonte	32
Figura 10 -	Residencial Gameleira com vista para a favela dos Embaúbas.	33
Figura 11 -	Croquis, esquematização das cores da fachada e implantação.	34
Figura 12 -	Rua interna do residencial	35
Figura 13 -	Vista pra Serra do Curral	35
Figura 14 -	Planta baixa e Implantação	36
Figura 15 -	Frauen Werk Stadt I, Viena.	37
Figura 16	Implantação do conjunto.	38
Figura 17 -	Planta baixa Frauen Werk Stadt I.	38
Figura 18 -	Corte do edifício	39
Figura 19 -	Tipologias de apartamento do Frauen Werk Stadt I	40
Figura 20 -	Mapa de Palmas	44
Figura 21 -	Entorno da área de estudo	45
Figura 22 -	Área de estudo – Lote HM-03	46
Figura 23 -	Implantação	49
Figura 24 -	Implantação definitiva	51
Figura 25 -	Sistema construtivo de Alvenaria Estrutural	53
Figura 26 -	Espécies já presentes na área de estudo	54
Figura 27 -	Espécies propostas para a área do estacionamento	55
Figura 28 -	Espécies propostas para os percursos entre blocos	56
Figura 29 -	Treliça Modular	57
Figura 30 -	Proposta para as fachadas Norte e Oeste	58
Figura 31 -	Proposta para as fachadas Leste e Sul	59
Figura 32 -	Proposta para fachada verde interna	61

LISTA DE SIGLAS

HIS – Habitação de Interesse Social

ARNO – Área Residencial Noroeste

ALC – Área de Lazer e Cultura

NO – Noroeste

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensões

DHP – Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal

BNH – Banco Nacional da Habitação

PNH – Política Nacional de Habitação

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

PlanHab – Plano Nacional de Habitação

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 JUSTIFICATIVA	7
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	8
1.3 OBJETIVOS.....	8
1.3.1 Objetivo Geral.....	8
1.3.2 Objetivos específicos.....	8
1.4 METODOLOGIA	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 A cidade moderna e os vestígios Androcêntricos	11
2.2 Símbolos Androcêntricos e a desvalorização da Mulher	17
2.3 A Habitação de Interesse Social (HIS) no Brasil	21
2.4 Políticas Públicas para a Habitação Popular no Brasil e o direito da mulher à moradia.....	27
3. ESTUDO DE CORRELATOS METODOLÓGICOS E PROJETUAIS.....	30
3.1 Col·lectiu Punt 6.....	30
3.2 Residencial Gameleira	32
3.3 Frauen Werk Stadt I.....	37
4. PROPOSTA.....	41
4.1 Partido Arquitetônico e Diretrizes Projetuais	41
4.2 Estudo do terreno e do entorno.....	44
4.3 Projeto.....	47
4.4 Sistema construtivo	52
4.5 Paisagismo	54
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta tem como objetivo elaborar um conjunto Habitacional de Interesse Social – Carmen Portinho, projetado para ser implantado na região das Arnos, no município de Palmas. A região foi escolhida pelo fato de ser uma área marginalizada, além de possuir Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), delimitada no Plano Diretor de Palmas, de acordo com a lei complementar de nº 155 e artigo 25 do ano de 28/11/2007.

O nome Carmen Portinho foi uma decisão proposital tendo em vista que este projeto foi desenvolvido sob uma perspectiva de gênero, sendo inclusiva e igualitária. Seguindo o exemplo da engenheira e urbanista Carmen Portinho, responsável por trazer o conceito de habitação social - que conhecemos hoje – para o Brasil, ou seja, acessível e para todos. Portinho é militante feminista conhecida por agregar valores feministas para a arquitetura brasileira e serve como inspiração para outras arquitetas.

“No conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho, projeto paradigmático de habitação social de autoria de Reidy, no Rio de Janeiro, Portinho pôde influenciar na concepção de alguns elementos. Segundo Brito, é Carmen quem estimula Reidy a colocar em prática uma concepção de vanguarda na organização do espaço habitado e coletivo. Um dos elementos marcantes no projeto foi a lavanderia coletiva. Essa lavanderia era totalmente automatizada para os padrões da época, com modernas máquinas industriais de lavar roupa. A ideia era possibilitar não somente a interação social, mas também permitir que o tempo ocupado pelos afazeres domésticos fosse melhor, estimulando-as a entrar no mercado de trabalho” (SILVA, p. 70 e 71).

Seguindo com o exemplo do conjunto Pedregulho, durante a projeção foi trabalhada ainda a questão da segurança das crianças que faziam moradia em companhia das mães e/ou pais. Enquanto as mães cozinhavam, realizavam a limpeza da casa ou ainda trabalhavam fora de casa, os filhos poderiam contar com a segurança de caminhar dentro do conjunto sem se preocuparem com o trânsito de

veículos, bem como ir para a escola sem acompanhantes, passear no parque ou ainda visitar a quadra de esportes.

A influência positiva e inteligente que Carmen Portinho operou sob outros projetos arquitetônicos, alcança este projeto que busca atender especialmente as mulheres chefes de família que habitam conjuntos habitacionais. E para isso, o feminismo foi uma das principais ferramentas para dar vida ao projeto. Feminismo esse que é um campo político e teórico-epistemológico (Scott, 1986; Toledo, 2003 Apud Narvaz e Koller, 2006), que luta pela igualdade de gênero, garantia de direitos civil, político e educativos às mulheres, bem como a igualdade desses direitos, bem como pelo fim da opressão masculina. O feminismo busca garantir a visibilidade de mulheres na sociedade, o respeito às diferenças de gênero e garantir que a voz das mulheres seja escutada e levada em conta nas discussões.

“O feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes (Fraisse, 1995; Jones, 1994; Louro, 1999; Scott, 1986). As feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstraram, ainda, que o poder foi - e ainda é - predominantemente masculino, e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos” (Butler, 2003; Millet, 1970; Pateman, 1993 Apud Narvaz e Koller, 2006).

Reconhecendo a diferença no tratamento entre mulheres e homens ao longo dos anos e o fato histórico de que vivemos em um país construído por homens através de um viés colonialista, branco e machista, passamos a entender que a mulher ainda hoje passa pela dificuldade em garantir essa igualdade de gênero. Essa realidade piora para aquelas que não são brancas e se encontram na linha de vulnerabilidade econômica. As mulheres chefes de família que não contam com a divisão de tarefas e o suporte de outro parceiro ou parceira precisam lutar e se esforçar em dobro na sociedade. Trabalhar fora para buscar o sustento; dar abrigo, alimentar, educar e cuidar dos filhos; e realizar os afazeres de casa são algumas das responsabilidades que essas mulheres acabam realizando de maneira solo no dia-a-dia. O feminismo

entra em ação ao nos perguntarmos “o que poderia ser feito para melhorar e fortalecer a vida dessas mulheres?”.

Ao iniciarmos uma discussão sobre o feminismo na arquitetura, podemos abranger dois ramos da mesma árvore. O da profissional arquiteta que busca visibilidade e reconhecimento enquanto mulher dentro do campo profissional, e o feminismo utilizado por mulheres ou com influência delas para assegurar a inclusão, equidade e evolução dentro da arquitetura e urbanismo.

“Precisamos mudar o ponto de vista sobre o que observamos e como nos observamos, criar novos sistemas de avaliação, para poder ver e valorizar as mulheres em todas as áreas, incluindo no planejamento urbano e na arquitetura” (Zaida Muxí *apud* Punt 6, 2019, p. 29).

As mulheres chefes de família foram usadas aqui como fonte motivadora e norteadora do que este estudo propôs, que seria observar como a mulher que têm duas, três ou mais jornadas de trabalho durante o dia não tem suas necessidades ouvidas, mesmo que sejam os sujeitos que mais percorrem a cidade e, sobretudo, fazendo trajetos poligonais e mais longos que os homens. Ademais, o viés sociológico deste trabalho, para além de um estudo arquitetônico e urbano, se comprometeu em entender que o espaço urbano se insere em um contexto de capitalismo androcêntrico e patriarcal que nutre e reitera a diminuta efetivação do direito das mulheres, seja política, social, econômica e educacionalmente; sendo ideias que tangenciaram a discussão aqui colocada, mesmo que não fossem pontos principais em pauta.

O recorte de gênero acompanhou o embasamento sobre como as políticas públicas visam à diminuição das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida das pessoas de baixa renda. Dessa forma, se chegou ao enfoque principal do apanhado feito: os programas de Habitação de Interesse Social (HIS) produzidos pelo Estado. Partiu-se do contexto de sua concepção arquitetônica e compreensão da estrutura social que envolve a vivência das mulheres neste espaço de habitação e se vislumbrou as diferenciações com o cotidiano masculino neste mesmo lugar, uma vez que a hipótese que fundamentou esta pesquisa se encontrou no fato de, na HIS, majoritariamente haver mulheres com filhos, comumente donas de casa ou que, quando trabalham, se empregam em casas de outras famílias para a reprodução dos

afazeres domésticos, muitas vezes de maneira informal, o que diverge do cotidiano masculino quando nota-se que eles, ao se distanciarem da esfera doméstica, conseguem participar de mais camadas sociais da esfera pública do cotidiano. Ademais, essa situação acaba por perpetuar papéis de gênero sob a ótica de uma sociedade patriarcal que se pretendeu compreender e descrever ao longo deste trabalho.

1.1 JUSTIFICATIVA

A área escolhida para a implantação da Habitação de Interesse Social (HIS) se encontra nas regiões das Arnos, especificamente na ALC NO-33 (ALC 309 Norte), próximo à praia das Arnos. O desenvolvimento deste projeto será uma forma de contribuir com estudos sobre a construção do espaço urbano e de habitação, partindo de uma visão feminista, que contempla as mulheres em suas concepções projetuais e de planejamento, em relação às suas demandas cotidianas específicas, tornando necessária a discussão do ponto de vista feminino sobre a casa e a cidade.

O intuito do projeto é criar subsídios teórico-projetuais para se pensar a Habitação Coletiva pela perspectiva de gênero, e entender como o Estado e suas políticas públicas em relação à moradia continuam a reproduzir uma arquitetura que não retrata estas necessidades femininas e, principalmente, das mulheres chefes de família. Portanto, este será o recorte de estudo deste trabalho, uma vez que a relação “mulheres chefes de família” e “habitação social” traz consigo a ideia de intersecção entre gênero e classe, fundamental para compreender como estas políticas públicas são pensadas.

O delineamento do objetivo deste trabalho propõe elaborar um projeto arquitetônico de habitação social coletiva e equipamentos para a região das ARNOS, que se relacionassem com as questões urbanas sob a perspectiva de gênero, principalmente na região de estudo, área marginalizada com grande concentração dessas mulheres chefes de família. Para melhor compreensão das necessidades e desejos dessas mulheres, determinou-se uma pesquisa sobre habitação coletiva com recorte de gênero, uma vez que elas também são protagonistas da vida cotidiana destes locais, para a inclusão desses anseios no momento de criar esses espaços. A realização deste projeto contribuirá na formação acadêmica, agregará valor teórico e também com relação à preparação profissional.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Sob a contextualização colocada, construiu-se a finalidade teórica, para a compreensão da temática apresentada e, conseqüentemente, fundamentaram-se as resoluções projetuais vislumbradas no objetivo deste projeto de pesquisa, portanto, questionamentos foram levantados como contribuição para ambas as etapas (teórica e prática) da pesquisa.

Das questões que mostram a principal problemática deste estudo, perguntou-se: **é possível criar propostas de tipologias arquitetônicas e urbanísticas que tragam mais igualdade social? Quais seriam os elementos essenciais no projeto proposto para o melhor usufruto das mulheres no espaço urbano? Em que medida o desenvolvimento projetual deve acontecer para que a tipologia de habitação de interesse social beneficie o gênero feminino?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

As perguntas citadas anteriormente, sobretudo, colaboraram para a concepção do objetivo deste trabalho, que buscou **elaborar um projeto arquitetônico de habitação social coletiva e equipamentos para a região das ARNOS, que se contextualizassem com as questões urbanas que envolvem a vivência feminina.** É necessário ressaltar que não se entende aqui por habitação social apenas a moradia, como abrigo físico, uma vez que o habitar envolve diversos conceitos do que é o viver. Logo, definiu-se como objeto conceitual, em um espaço mais amplo, a pesquisa sobre habitação coletiva com recorte de gênero para compreensão da adição das necessidades e desejos das mulheres no momento de moldar esses espaços, uma vez que também são protagonistas da vida cotidiana destes lugares.

1.3.2 Objetivos específicos

Dos objetivos específicos que colaboram para a construção da pesquisa, busca-se:

- Compreender as políticas públicas de criação de habitação popular e como se relacionam com a questão de gênero;
- Investigar a cristalização dos papéis de gênero no que diz respeito à relação público x privado;

- Levantar o perfil de mulheres chefes de família que vivem nas Habitações de Interesse Social (HIS) já existentes na quadra ALC NO-33;
- Criar um projeto arquitetônico e urbanístico pensado sob a perspectiva de gênero.

1.4 METODOLOGIA

Como ponto de partida, para responder às questões formuladas da problemática em relação ao estudo de gênero, espaço urbano e de habitação, foi-se adotado o **método indutivo** como ferramenta principal para a pesquisa, uma vez que os princípios partiram de um viés empírico que investigou a sociedade patriarcal e a atuação desta na arquitetura que reflete essa estrutura patriarcal no zoneamento urbano androcentrista.

Segundo Gil (2008), o método indutivo passou a ser indicado e reforçado como o método mais adequado para a investigação nas ciências sociais, sobretudo a partir de discussões positivistas, percorrendo para conseguir cientificidade através dos mecanismos que proporcionam determinar as técnicas de coletas de dados e os fenômenos sociais, deixando então de ser um método de observação, sendo possível chegar a conclusões mais concretas. De resto, junto com o método indutivo, será também utilizado outro meio técnico de investigação: o **método observacional**. Assim como mostra Gil (2008), esta metodologia é comumente utilizada em conjunto com a outra, como aqui será feito para analisar o perfil das mulheres que moram nas HIS do entorno da área de estudo, analisando o que fez com que essas as mulheres se tornassem chefes de família e a morarem nesses conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado.

Neste estudo, a tipologia de pesquisa apresentada se encontra no âmbito exploratório, visto que os mecanismos deste tipo de análise “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias” (GIL, 2008, p. 46), contemplando o pensamento de levantar a discussão de espaço urbano e gênero para dentro do Conjunto Habitacional a ser proposto, podendo expressar assim os problemas de maneira mais precisa para etapas mais aprofundadas do estudo.

Observou-se os casos apontados analisando-os por meio de **levantamentos bibliográficos, sendo este o método de pesquisa inicial**, o que trouxe o aparato teórico que baseou as ideias debatidas ao longo deste trabalho e deu eixo ao objetivo

final: o projeto urbano-arquitetônico. Assim, inicialmente, decorreu a fase de caracterização e identificação da população analisada, e **visitas de campo** que visaram a análise do local estudado para o entendimento da estrutura cultural, econômica, social observadas pela perspectiva do recorte de gênero, e também da morfologia urbana do lugar (GIL, 2008) de forma a contribuir com a criação do projeto previsto para a segunda fase deste trabalho.

A metodologia e técnicas de pesquisa utilizadas neste trabalho tinham em vista compreender como a arquitetura se comporta em relação à questão de gênero, buscando uma contribuição para um urbanismo mais igualitário, dentro da ótica das lutas urbanas que, para além de conquista da cidade, é uma luta feminina e feminista.

Como ressalva em relação à metodologia utilizada, tinha-se como finalidade a estruturação de uma abordagem feminista, com processos participativos e qualitativos no que se refere aos percursos cotidianos das mulheres moradoras da região estudada, o que conceberia um processo projetual mais fiel às vontades femininas. Porém, não foi possível que esses processos participativos ocorressem tendo em conta a pandemia de Covid-19, ocorrida no ano de 2020 e que se estendeu para o ano de 2021, que dificultou relativamente as intenções metodológicas, porém não desestimulando o encaminhamento deste estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A cidade moderna e os vestígios Androcêntricos

O movimento Modernista se caracterizou por novas visões sobre a arquitetura, transmitidas por meio de escolas que difundiam características e modos de projetar baseados nos ideais do período das máquinas, com a inclusão de funcionalidade, racionalismo, sobriedade e utilização de materiais feitos com certa tecnologia e em grande escala, visando a utilização principalmente do vidro e do ferro (BENEVOLO, 2001).

Nesta fase, discutiram-se diversas reformulações para a cidade e seus processos de formulação, que foram fortemente pontuados de modo a padronizar a forma de vida dos cidadãos da época, principalmente dos europeus. Na época se pensou não apenas em reformular os espaços públicos como, também, reestruturar a tipologia das residências. Portanto, as ideias do modernismo se originam do desejo de arquitetos e urbanistas por mudanças nas concepções projetuais da cidade e do espaço construído no geral, de modo a reorganizar tanto as políticas quanto a concretização da arquitetura desde o século XIX, quando já se vinha pensando em reformular a cidade a partir da concepção industrial de vivência que vinha ocorrendo na época (BENEVOLO, 2001).

É certo entender que, sob a égide da homogeneização do Modernismo, ocorreram contraditórias consequências bastante tangíveis para a população no contexto urbano, visto as condições de precariedade na habitação, com a existência de aglomerados urbanos que resultavam em cortiços que eram ocupados por operários do setor industrial, onde havia pouca higiene, falta de infraestrutura, saneamento, esgoto, iluminação, ventilação ou qualquer tipo de preservação ambiental. Foi nessa direção que se deu o primeiro passo para as intervenções modernistas no urbanismo, aspirando o desenvolvimento das cidades europeias, com foco na higiene e na saúde.

Ao observar as circunstâncias da reformulação das cidades modernistas, pode-se trazer a ideia de Bonduki (1997), que mesmo dentro de outro contexto, aborda a questão da precariedade da condição de habitação para famílias de baixa renda no século XX, tendo em vista as ocupações irregulares insalubres que surgiram como consequência da ausência de empregos e das baixas condições de sobrevivência

dentro da cidade, principalmente nas grandes metrópoles, onde podemos usar a cidade de São Paulo como exemplo.

Bonduki (1997) também fala sobre a condição precária dos cortiços paulistanos e suas origens que relacionam classe e raça no ambiente urbano, isto é, duas matrizes em que ocorrem opressões com determinados indivíduos. Entende-se que estas opressões urbanas continuam acontecendo na atualidade e atingem diversos grupos de indivíduos, principalmente as mulheres, devido a outros elementos que também se somam no cotidiano feminino. Desta forma, foi necessário apreender o que tange a *interseccionalidade*, para identificar como a desigualdade atinge as mulheres, visto que se pensa que pelo viés da intersecção é possível entender como atuam estas opressões, tornando possível visualizar um espaço urbano mais justo para todos.

O termo *interseccionalidade* é um conceito sociológico que nos possibilita entender melhor as desigualdades e a sobreposição de discriminações e opressões existentes em nossa sociedade. Pode ser considerado como um instrumento analítico valioso para pensarmos sobre as relações sociais de classe, raça e sexo, e os desafios para a adoção de políticas públicas eficientes. As discussões sobre *interseccionalidade* tiveram origem a partir das lutas e teorizações dos movimentos feministas negros nos Estados Unidos e no Reino Unido entre os anos 1970 e 1980, mas foi somente em 1989 que o termo foi sistematizado por Kimberlé Crenshaw, teórica feminista e professora estadunidense com especialização em pautas de raça e gênero. Segundo Crenshaw (2002), interseccionalidade é:

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Sobre a história da arquitetura moderna narrada por Benevolo (2001), o autor já abordava a questão das opressões que coexistiam no momento inicial de concepção das ideias que iriam promover as modificações nas cidades do período industrial na Europa. Era possível perceber que o autor tinha uma compreensão da coexistência dos fatores que influenciariam os ideais modernos e de um importante entrelaçamento em seu momento: a classe e a territorialidade no espaço urbano. Estes dois pontos são cruciais para a compreensão de como os ideais arquitetônicos e urbanísticos modernistas refletem na vida dos habitantes daquela época e de como até hoje possuem influência. Essa intersecção e compressão do contexto apresentado pelo autor também são importantes para corroborar com o entrelaçamento com a pauta de gênero proposto neste trabalho.

Reconhece-se então que, naquele instante, não houve uma relação entre as opressões de gênero e a arquitetura moderna para a concepção ideológica do Modernismo, isto devido ao forte patriarcalismo vigente na sociedade existente durante este período, dificultando o protagonismo da mulher em variados ambientes; também não houve uma intersecção entre as opressões que estão relacionadas a classe e raça, em razão a nítida hegemonia abastada e branca nas decisões que tangem o funcionamento econômico e social das urbes, fato este que ocorre até os dias de hoje.

Existem outras controversas que atuam na concomitância de matrizes de opressão que reverberam na vivência urbana da mulher, como a problemática que ainda existe a respeito da grande associação entre a mulher e o espaço de habitação, partindo dos princípios androcêntricos, onde o cuidado do lar se cristalizou como uma responsabilidade majoritariamente feminina, como aponta Nancy Fraser (2001) ao discutir a segunda onda do feminismo e suas reivindicações; onde as mulheres exigiram emancipação social em relação aos cuidados da casa e dos filhos, com a conjectura de serem funções de predominância feminina, e ao trabalho, antes definido como atividade majoritariamente masculina. Portanto, antes mesmo de estarem no espaço urbano, as mulheres já são acometidas a várias opressões.

Voltando para o início do século XX, por volta dos anos de 1940, sob uma perspectiva que engloba as mulheres chefes de família, observa-se na habitação

social uma ideia de moradia com uma premissa de preservar a família e, portanto, as mulheres, já que a ideia era mantê-las dentro de casa, como era implicitamente pautada nas relações patriarcais. (BONDUKI, 1997).

Bonduki (1997) recorda um texto de Francisco de Paula Ferreira de 1942, onde contextualiza que, de maneira evidente, o androcentrismo se utiliza da moral como bem maior da família, para haver uma privação do convívio social que pudesse sujeitar as mulheres à promiscuidade. Nesse sentido, Ferreira (1942) coloca que:

“Observando o cortejo dos malefícios da habitação coletiva para a morada familiar, vamos encontrar o grande inimigo do pudor e do recato feminino. Convém que a vida da mulher derive numa atmosfera de discrição e de respeito que só se obtém na habitação individual.” (FERREIRA, 1942, P.173).

O parâmetro de Ferreira (1942) é a família operária dos anos de 1940, no qual tem sua casa própria, e compõe a família tradicional de marido, esposa e filhos, imaginando como deveria ser a habitação para esta tipologia específica. Essa narrativa se baseia em ideias e virtudes de moralidade originadas da união conjugal entre um homem e uma mulher, e esta, por conseguinte, é recatada, compassiva às lições religiosas e do pudor referentes à época, assim como fiel a todas ao matrimônio e à família.

O parecer do autor vem de uma discussão sobre habitação econômica dentro do viés de habitação social produzida pelo Estado, ocorrida em 1942 e que, em seu artigo, é visto de forma negativa, sobretudo no que se refere aos ideais de família daquela época (FERREIRA, 1942). Nessa perspectiva, seguindo seus valores morais, Ferreira (1942) ressalta as condições ruins de moradia de uma habitação coletiva, onde as áreas comuns são compartilhadas entre as famílias, como algo que “conspira contra a estabilidade do lar” (FERREIRA, 1942, p. 172). No entanto, na atualidade se entende que a habitação de interesse social tem se tornado um meio de garantir a cidadania para novas tipologias de família, em especial as que têm mulheres como base de apoio principal do lar, seja ela emocional ou financeiramente, indo, portanto, em direção contrária aos pensamentos da época do autor.

Pode-se entender então que, se antes a família era constituída por pai, mãe e filhos, assim como narra Ferreira (1942), atualmente tem-se a família monoparental

(FRANCO, 2016), onde apenas um dos familiares é responsável pelo sustento do lar e, não obstante, é distintivo que esse papel se atribui a mulher, sendo ela então a chefe da família.

Ao discutir estas opressões de gênero, Davis (2016) pontua a questão de que as reivindicações do movimento feminista partem de forma predominante de mulheres brancas, pondo as mulheres negras e racializadas em um patamar abaixo na hierarquia social, visto que as mulheres brancas lutavam pela emancipação da casa, sendo que, essa autonomia acontecia às custas das mulheres negras, que ficavam com a função de cuidar da casa e filhos destas mulheres brancas que buscavam reivindicar direitos.

No que se refere à classe, desde o período escravocrata nos Estados Unidos, até mesmo após esta época tenebrosa da história da humanidade, as mulheres brancas de classe média não enxergavam a situação das mulheres de classes mais baixas, fossem elas brancas ou negras, que se encontravam em condições de precariedade, trabalhando sob circunstâncias insalubres na luta pela sobrevivência, além de não vislumbrarem as condições das próprias mulheres negras escravizadas, tanto no Norte quanto no Sul do país (DAVIS, 2016), mostrando uma ausência visível do entendimento da necessidade de cruzar as pautas de classe e raça naquele período.

Após se entender a importância de atravessar classe e raça, volta-se para a pauta de habitação social que, norteadas por uma perspectiva de gênero, surge para se opor a forma de projetar baseada nos princípios patriarcais, onde o *habitus* feminino é contabilizado como comportamento que deve ser compreendido como parte construtiva da sociedade (BOURDIEU, 1989), assim como de fato é, tal como a sociedade influi no dia a dia da mulher, deve-se, desta maneira, considerá-las na hora de conceber a cidade, para que elas possam ter uma melhor qualidade de vida.

Ao analisar os conjuntos de Habitação de Interesse Social (HIS), percebe-se uma padronização arquitetônica que continua se difundindo até os dias de hoje pelo próprio modelo de oferta de moradia do Estado, não buscando uma inserção feminina no espaço, além de trazer tipologias que pouco se encaixam na variedade de contextos existentes no país.

É possível notar que nas habitações populares produzidas pelo Estado, existem questões variadas que transpassam a vivência nestes espaços, como o fato de haver

uma predominância de residências chefiadas por mulheres, como aponta Santos (2017), acontecimento esse que também ocorre em ocupações irregulares, conhecidas como favelas, como apontam Cúnico e Arpini (2014).

Trazendo as percepções de famílias chefiadas por mulheres nas periferias urbanas do interior do Rio Grande do Sul, Cúnico e Arpini (2014) compreendem esta situação através de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de buscar o entendimento com relação a composição familiar de uma configuração monoparental do lar. Esta pesquisa teve como principal método de avaliação a questão de as entrevistadas administrarem suas casas sozinha e ainda serem mães, sendo elas selecionadas através de consultas no cadastro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Procurou-se investigar informações com relação a desvalorização das mulheres e os símbolos androcêntricos, buscando um melhor entendimento destas questões, da mesma maneira que se analisou a ideia de privação dos espaços urbanos para as mulheres em favor de sua cristalização dentro do lar, o que torna, conseqüentemente, essencial a compreensão do pensamento brasileiro em relação a estes ideais.

2.2 Símbolos Androcêntricos e a desvalorização da Mulher

A desigualdade possui muitas faces, e dentre elas se encontra a desigualdade de gênero, que se baseia em uma hierarquia social e desvalorização de determinado sujeito, assim como coloca Bourdieu (2002). A desigualdade que se busca compreender tem relação sobre a forma como o patriarcado está inserido no meio urbano e de como ele se expressa com relação ao gênero, gerando distinção de espaços para homens e mulheres. Nota-se um aproveitamento desigual do espaço público e urbano, promovendo uma construção social que repercute na produção neoliberal atual dos espaços, concebendo uma matriz de discriminação que faz também um recorte de classe, diminuindo ainda mais o acesso de mulheres em situação de pobreza ao espaço urbano, indo além da pauta de gênero, fortalecendo, então, a desigualdade espacial existente no meio urbano (MONTEIRO, 2019).

Originado nos anos de 1950, o racionalismo do zoneamento urbano modernista deu forma ao pensamento hegemônico de produção da cidade, segundo um ideal patriarcal e pouco inclusivo sobre quem pode se utilizar de determinados ambientes, sendo estes espaços, portanto, moldados para o uso dos homens. A ordem social opera como uma tecnologia simbólica grandiosa que procura validar a dominação masculina sobre a qual se estrutura, como a questão das distribuições dos espaços em relação ao gênero, onde o espaço público é liberado ao masculino e o privado reservado ao feminino, como aborda Bourdieu (2002). O autor também explica que a força *sui generis* da sociodicéia dita masculina se estabelece pelo fato de concentrar dois aspectos: “ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2002, p. 33).

Além do mais, Fraser (2001) afirma que, na prática social do cotidiano, estas questões propiciam a existência de políticas androcêntricas, caracterizando o homem como o centro da família e da vida social, bem como no meio profissional, uma vez que o homem estava habituado a ser o responsável pelo sustento da família, de modo geral, enquanto a mulher seria apenas a dona de casa, responsável pelos afazeres domésticos, reforçando os papéis de gênero dentro de uma sociedade dos anos 1950.

Ademais, Monteiro (2019) pontua sobre a relação das mulheres com o trabalho que, antes mesmo de qualquer emprego remunerado, elas já trabalhavam. Isso vem do fato delas terem diversas jornadas de trabalho que começam, antes de tudo, dentro

de sua habitação, sem nenhuma remuneração. Posto isto, assim como aponta Fraser (2001), quando se mostrou necessária a entrada das mulheres no mercado de trabalho para uma manutenção familiar, este salário conseqüentemente acabou surgindo, ainda que de forma desfavorecida e secundária. Nessa perspectiva, neste estudo, busca-se dar visibilidade ao protagonismo feminino no espaço de habitação, onde o lar também é um lugar de trabalho para a mulher.

É certo afirmar que a cultura patriarcal está presente em circunstâncias diversas do cotidiano da mulher. Por muitas vezes, esse androcentrismo se materializa na cidade através do indivíduo homem, cis, branco e heterossexual, onde o cotidiano traz o empoderamento masculino e o reforço de sua imposição no espaço urbano, indo além dos machismos recorrentes e da cristalização do lugar da mulher vinculada ao espaço privado da habitação.

Segundo Binda Heiserová (2014), existe uma ligação entre elementos arquitetônicos e gênero, visto que a arquitetura verticalizada é relacionada ao divino, celestial e masculino, ao mesmo tempo que os elementos curvos e horizontais são vinculados a figura feminina. Binda Heiserová (2014) discorre que “os homens” elevam grandiosas edificações, como os obeliscos e arranha-céus, construções estas que, por estarem perfeitamente incorporadas à nossa volta, materializam essa masculinidade de forma quase invisível. Ademais, a autora afirma que: “A arquitetura tem um importante papel como linguagem, como representação codificada que configura e impõe uma ordem social. A arquitetura sempre representa algo mais que ela mesma e é idêntica ao espaço da representação” (BINDA HEISEROVÁ, 2014, p. 27).

Têm-se exemplos do que seria a masculinidade materializada, visualmente simbólicos, podendo ressaltar o exemplo do edifício 30 St. Mary Axem, apelidado de “The Gherkin” (figura 1), projetado pelo arquiteto Norman Foster, e localizado no centro financeiro de Londres, em sua arquitetura fálica indiscutível.

Figura 1 - "The Gherkin", Londres.



Fonte: Miguel Medina/AFP. Acesso em 23 jan 2021.

Quando se impõe este tipo de imagem falocêntrica na urbe, como é representado pela figura 1, se falar de *poder*, indo além da percepção visual que os grandiosos e magníficos arranha-céus causam. A representante principal da expressão do poder é a *linguagem*, se atentando a forma de expressão perante o outro e sobre o outro, como expressa Han (2019). Por conseguinte, a arquitetura é um tipo de linguagem que, para além de outras formas de comunicação, procura uma hegemonia que consegue se materializar no espaço, sendo uma demonstração de como o poder se expressa nas formas e em seu modo mais persuasivo, como aponta o autor.

Para mais, Han (2019) também expressa que, quando o arquiteto projeta espaços, ele projeta a si mesmo e seus ideais no meio urbano, estendendo seu poder por meio da construção, sendo a própria arquitetura, então, uma forma de expansão de um ideal quase individual. Dessa maneira, pode-se compreender a causa da arquitetura se voltar para uma circunstância onde o homem é o sujeito dominante de determinado ambiente, dado que, até os dias atuais, tem-se bastante influência da arquitetura e do zoneamento urbano modernista, sobretudo por meio da difusão do

International Style, que foi um movimento liderado em sua grande maioria por homens e fazendo com que a representação na arquitetura fosse um sujeito masculino como o ideal, já que, não houve a participação de mulheres influenciando nas concepções projetuais criadas por este movimento.

Em resumo deste capítulo, até os dias de hoje, existe um reflexo da existência da desigualdade de gênero dentro do meio urbano, onde a arquitetura e o urbanismo são utilizados como ferramentas de materialização dessa estrutura patriarcal, sustentando um tipo de dominação dos homens sobre as mulheres, refletindo quem, de fato, continua a projetar as cidades e reproduzindo os símbolos androcêntricos. Portanto, é de suma importância que as mulheres reivindiquem e construam um protagonismo dentro da discussão de gênero, com o propósito de ter suas demandas atendidas para transformar esta estrutura social que continua vigente.

2.3 A Habitação de Interesse Social (HIS) no Brasil

A princípio, entende-se que a habitação social no Brasil passou a ser pensada em um momento de retomada da atuação do Estado dentro de diversos setores, como saúde, educação, economia e, também, na promoção de moradia popular no decorrer da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, essa maior inserção do Estado tinha como objetivo proporcionar avanços nas condições de vida da população, trazendo bem-estar coletivo por meio da melhoria econômica dos habitantes e maior participação do Estado na sociedade (BONDUKI, 1997).

Segundo Bonduki (1998), o tema da habitação social de qualidade vem à tona para os arquitetos na emergência da arquitetura moderna, durante o período da Reforma da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), em 1931, com Lúcio Costa, que esperava na modernização da moradia a transformação da sociedade, conectada a concepção da Arquitetura Moderna que via na habitação social o “caminho para modificar as condições de vida da classe trabalhadora, introduzindo novos hábitos em um modo de vida moderno”.

Ainda na década de 1930, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), que sobrevêm das carteiras imobiliárias das Caixas de Aposentadoria e Pensões, voltados à produção de moradia própria para seus associados. Os IAPs criaram setores técnico públicos de habitação, algo como departamentos especializados que defendiam a “solução racional da planta, entrega da casa mobiliada, eliminação de toda decoração supérflua” (BONDUKI E LEITE, 2008). Até sua extinção, em 1964, foram realizadas 124 mil operações de financiamento habitacional (Secretaria de Estado de Habitação – SP, 2010).

O arquiteto Afonso Eduardo Reidy e a Engenheira e Urbanista Carmen Velasco Portinho, que atuavam no Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal (DHP), eram defensores da habitação como serviço público (BONDUKI E LEITE, 2008). A habitação deveria ser “um serviço social de utilidade pública, com a principal função de reeducação completa do operário brasileiro. Deveria estar incluída entre os serviços obrigatórios que o governo deve oferecer como água, luz, gás esgoto” (Depoimento da engenheira Carmen Portinho. In: CAVALCANTI, 1987, p.69).

Segundo Nascimento (2007), Carmen Portinho esteve à frente da construção dos quatro conjuntos habitacionais do DHP, e o primeiro a ser projetado foi o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, o Pedregulho (Figura 2 e 3), de 1947, de

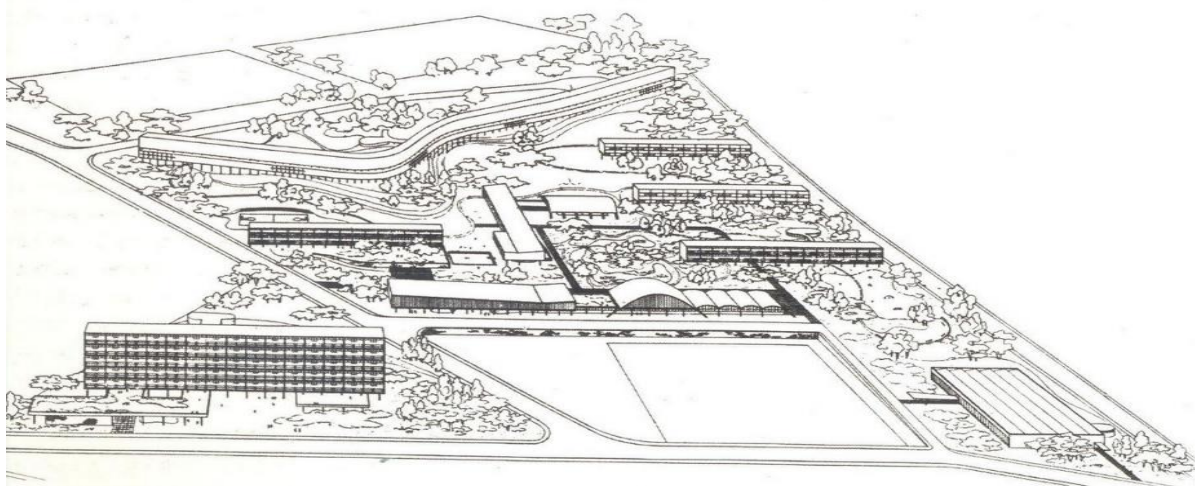
autoria conjunta com Affonso Eduardo Reidy, que ganhou fama internacional, ganhando elogios de críticos internacionais, como Le Corbusier e Walter Gropius, se tornando uma das obras mais notáveis da arquitetura moderna brasileira.

Figura 2 - Pedregulho, Rio de Janeiro.



Fonte: Bonduki. Acesso em 28 de Jan de 2021.

Figura 3 - Perspectiva dos estudos preliminares do Pedregulho.



Fonte: Bonduki. Acesso em 28 de Jan de 2021.

Ocorreu bastante desenvolvimento, do ponto de vista arquitetônico e social, visto que os projetos precursores de conjuntos residenciais demonstraram a possibilidade de haver “qualidade em projetos, novas tipologias de ocupação do espaço urbano e tendências urbanísticas inovadoras” (BONDUKI E LEITE, 2008, p. 73). Tal produção elucidou os anos de 1940 a 1950 como um período em que os arquitetos brasileiros estavam preparados para produzir habitações sociais de qualidade em larga escala para as cidades brasileiras.

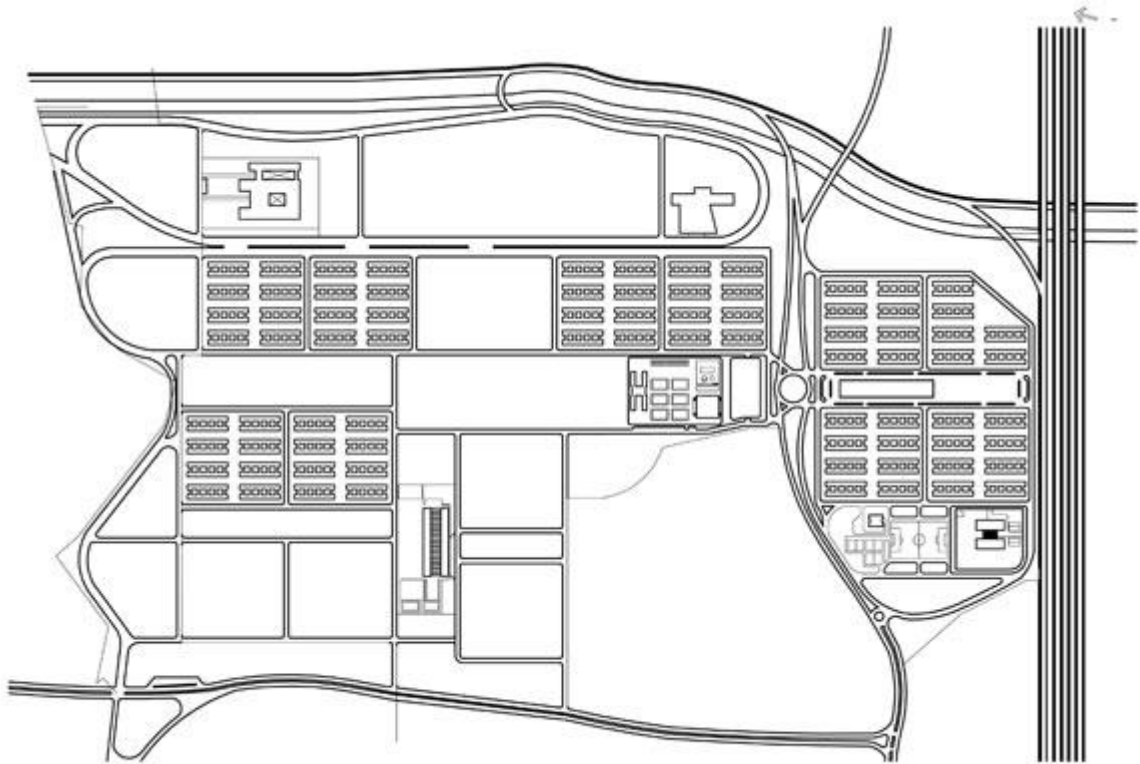
Com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), EM 1964, a prioridade passou a ser uma produção massiva de qualidade questionável. Claro que existem honrosas exceções, como o excelente Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado, localizado em Guarulhos (SP), e projetado pelo arquiteto João Vilanova Artigas, com co-autoria dos arquitetos Fábio Penteadado e Paulo Mendes da Rocha (Figuras 4, 5 e 6). Salvo as poucas exceções, o BNH ficou conhecido como um órgão que reproduzia, em grande escala, modelos padronizados, resultando, em sua maioria, blocos em forma de “H” ou casinhas que preenchiavam as periferias urbanas (Figura 7).

Figura 4 - Conjunto Residencial Zezinho Magalhães, Guarulhos.



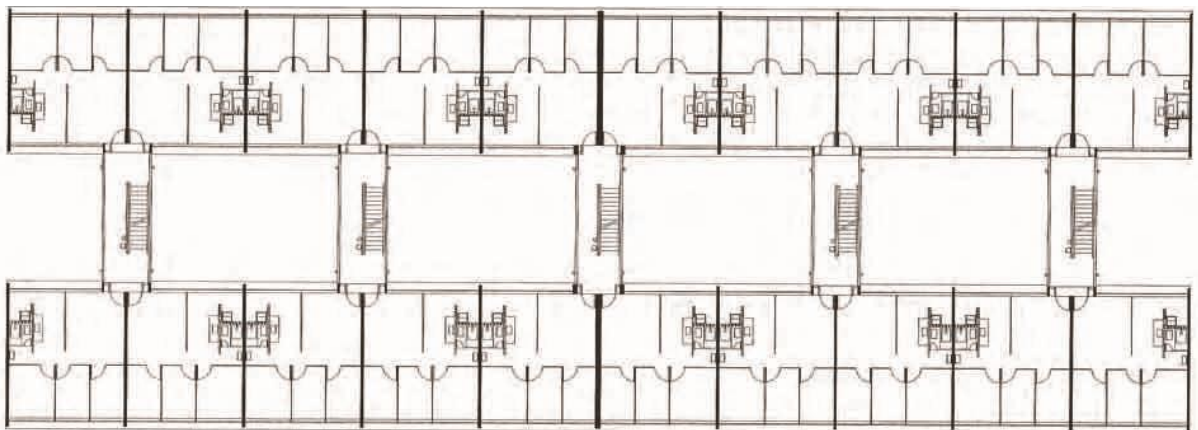
Fonte: Portal Vilanova Artigas. Acesso em 3 de Fev de 2021.

Figura 5 - Implantação do projeto.



Fonte: Arquitetura Brutalista. Acesso em 3 de Fev de 2021.

Figura 6 - Planta baixa do pavimento tipo.



Fonte: Arquitetura Brutalista. Acesso em 3 de Fev de 2021.

Figura 7 - Exemplo de conjunto habitacional produzido pelo BNH.



Fonte: Bonduki e Leite, 2008.

O BNH foi uma resposta do governo militar à crise de moradia, beneficiando principalmente a construção civil, o que teria sido favorável se houvesse uma solução ao problema do ponto de vista social, e não apenas dos números, que ao final totalizou 6 milhões de unidades habitacionais construídas (BONDUKI E LEITE, 2008). Bonduki e Leite (2008) apontam que essa intervenção do BNH foi um completo desastre, do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, visto que os conjuntos habitacionais não possuíam uma identidade, projetos totalmente desarticulados da política urbana, além da clara ausência da busca por uma qualidade projetual, dando prioridade a soluções padronizadas e uniformes. Além do mais, esses conjuntos foram implementados nas franjas urbanas, onde a terra era mais barata, porém desprovida de equipamentos urbanos e de infraestrutura, além de ser mais distante do trabalho, agravando os problemas ambientais e urbanos, criando áreas ociosas, descontínuas e vazias.

O BNH foi extinto em 1986, e em decorrência disso, o país passou um momento onde a questão habitacional careceu de um projeto consistente, contínuo e estruturado nacionalmente (Secretaria Nacional de Habitação, 2010). Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades e a Secretaria Nacional de Habitação, no intuito de preencher essa lacuna histórica e com o objetivo de recuperar a capacidade de gestão e planejamento do setor habitacional. Segundo a Secretaria Nacional de Habitação (2010), houve:

“[...] a retomada do planejamento de longo prazo que resultou na elaboração da **Política Nacional de Habitação (PNH)**, em 2004, na instituição do Sistema e do Fundo Nacional de habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS), em 2005, regulamentados pela Lei Federal nº 11.124, na construção do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), em 2008, e no desenvolvimento dos planos locais por estados e municípios (PLIS), bem como nos investimentos em capacitação dos entes federados e a contratação de pesquisas e estudos capazes de melhor dimensionar a situação habitacional do país”. (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2010, p. 10)

A partir daí, houve uma aplicação de alguns programas, sendo o maior e mais significativo, criado com a lei Federal 11.977, de 07 de julho de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O PMCMV alavancou, de maneira histórica, os recursos subsidiados destinados à produção de moradia para famílias de média e baixa renda, além de trazer avanços para a regularização fundiária no Brasil (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009).

Concluindo o pensamento deste tópico, a ausência de arquitetura dentro desses conjuntos habitacionais não vem somente da falta de recursos nos programas públicos, pois mesmo com as restrições orçamentárias sendo um grande obstáculo, deve-se apontar que há um desinteresse por parte do Poder Público em exigir qualidade de seus profissionais que atual na área. Portanto, para garantir uma produção habitacional com qualidade arquitetônica, é necessária uma implementação de uma nova política nacional de habitação, com projetos arquitetônicos e urbanísticos de qualidade e que possuam uma identidade que seja compatível com o modo de

morar do brasileiro, possibilitando uma moradia mais digna para cada cidadão, ao mesmo tempo em que se constrói uma cidade mais adequada ao convívio humano.

2.4 Políticas Públicas para a Habitação Popular no Brasil e o direito da mulher à moradia

A garantia de moradia por lei como direito social, é um acontecimento ainda recente no Brasil, passando a existir após o surgimento da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988:

“CAPÍTULO II, DOS DIREITOS SOCIAIS, ART. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p. 18)

A Constituição de 1988 também foi a primeira a incluir um capítulo sobre política urbana, atendendo ao anseio da população proveniente dos movimentos sociais urbanos e da crescente urbanização no Brasil. Os artigos 182 e 183 preveem uma política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal. Tem-se como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Os artigos incluem o Plano Diretor obrigatório para os centros urbanos com mais de 20 mil habitantes.

As várias especificações e instrumentos para a devida gestão de desenvolvimento das cidades estão dispostos na constituição, no Estatuto da Cidade, no Código Civil, na legislação ambiental e em leis específicas, dentre outros códigos de posturas vinculados a órgãos e entidades da sociedade civil organizada.

Sobre o direito à moradia, é uma vertente de uma ideia maior: o conceito do direito à cidade. Pode-se perceber que os centros urbanos brasileiros não oferecem seus benefícios igualmente a todos, tendo as periferias, portanto, como os espaços mais negligenciados pelo poder público. Sendo assim, Silva (1991) aponta que:

“Reforma Urbana é mudar a forma de organização da cidade. É não fazer da cidade um grande gueto dos trabalhadores e o

paraíso dos ricos. O que é a cidade hoje? É o paraíso dos ricos, uma cidade bonita, com recursos, e a periferia é o que está fora da cidade, o local onde moram os pobres. É o Apartheid. Pois essa não-cidade, ou sobra de cidade – em que se amontoa sem qualquer resquício de respeito à sua dignidade, a classe trabalhadora – que precisa ser negada; e Reforma Urbana significa precisamente negar a não-cidade garantindo as camadas exploradas e oprimidas da população brasileira estado de cidadania, ou, explicitamente, acesso aos bens concretos de vida: habitação, saúde, educação, transporte, etc”. (SILVA, 1991)

Fazendo um recorte de gênero desta pauta, nas últimas décadas, as mulheres vieram conquistando diversos direitos e ocupando vários espaços que antes lhes eram negados dentro da sociedade, entretanto, em todas as regiões do mundo, ainda existe uma profunda desigualdade de gênero, sendo um fenômeno difícil de ser ignorado (ROLNIK, 2011).

Rolnik (2011) também aponta sobre as desvantagens que as mulheres têm sobre os homens no mercado de trabalho, mesmo possuindo uma maior qualificação profissional, em muitas empresas, seus salários são inferiores aos dos homens que exercem a mesma função. Além do mais, a maior parte dos trabalhos informais, que não possuem garantia de direitos trabalhistas, são realizados por mulheres. Na esfera doméstica, mesmo trabalhando fora, a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e pela manutenção da casa continua sendo predominantemente feminina. A autora afirma que, por todo o planeta, a ideia retrograda de que o homem tem poder sobre a vida e o corpo da mulher continua a sustentar a violência doméstica, muitas vezes levando ao feminicídio. Portanto, a dinâmica da desigualdade de gênero se faz presente em todas as dimensões da vida humana.

Com relação à moradia não é diferente. A violação ou a não realização desse direito têm consequências específicas para as mulheres. Para promover a igualdade entre gêneros, essas diferenças precisam ser levadas em consideração. No entanto, na hora de formular leis, elaborar políticas públicas ou na hora de executar projetos, tal compreensão não costuma ser levada em conta pelo governo (ROLNIK, 2011).

Ademais, importante entender que a garantia do direito à moradia às mulheres é fundamental para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para

a efetivação de outros direitos. A cidade é o espaço construído que acolhe a sociedade, e tem como objetivo ofertar condições que proporcionem uma vida com dignidade. Como componente do grupo social, a mulher deve ser vista e reconhecida como recebedora de políticas urbanas que permitam sua presença em condições de usufruir e intervir de forma igualitária no espaço urbano e que acolham as diferenças relativas ao gênero feminino.

3. ESTUDO DE CORRELATOS METODOLÓGICOS E PROJETUAIS

3.1 Col·lectiu Punt 6

Visando um reconhecimento legal das violências ocorridas com as mulheres dentro dos territórios urbanos em que se desenvolve a vida social da mulher, a importância metodológica do Coletivo *Punt 6* (2019) se dá ao fato de suas pontuações e abordagens serem horizontais, transversais e internacionais.

Além de pensar em uma organização territorial que questiona os tecidos urbanos que diluem a liberdade e a caminhabilidade de determinados grupos sociais, como as mulheres, o *Punt 6* (2019) propõe, através de desenho urbano, uma modificação nos modelos que fortalecem estas desigualdades na configuração moderna de cidade, que é setorizada e destituída da experiência cotidiana que comumente é reproduzida pelas mulheres. Portanto, as integrantes do coletivo entendem o meio urbano como um lugar que não é neutro, mas sim um espaço que viola direitos.

Este coletivo, localizado em Barcelona desde 2004 e composto por cinco mulheres, lançou seu livro *Urbanismo Feminista*, no ano de 2019, englobando essas ideias, no qual se discute a mercantilização e padronização dos espaços, a necessidade de se pensar a mobilidade feminina para além da caminhabilidade e o cotidiano no centro da vida urbana, considerando, também, horários e espaços simbólicos de pertencimento. As autoras pensam o fim da divisão sexual do trabalho, a coletivização das tarefas domésticas, a ruptura entre o público e o privado, além de outros pontos que colocam a mulher no centro do pensar urbanístico (PUNT 6, 2019).

O objetivo dos trabalhos do *Punt 6* está na forma de pensar a arquitetura e o planejamento urbano sob a perspectiva de gênero, tendo em vista a participação da comunidade como principal aspecto da construção social da cidade, a sensibilização das ideias de igualdade no espaço urbano por meio de exposições e materiais que experimentam urbanismos com o recorte de gênero, e investigações, realizando estudos relacionados ao urbanismo.

As metodologias do coletivo trabalham com a análise espacial de gênero, como a utilização de mapas corporais que auxiliam na compreensão de como o espaço público atua e impacta nos corpos femininos, racializados e não binários. Além de mapeamentos coletivos que integram a perspectiva de gênero com a participação social (figura 8), vinculados a desenhos sobrepostos na cidade (PUNT 6, 2019).

Figura 8 - Mapeamento de dinamização comunitária e estudos de investigação



Fonte: punt6.org. Acesso em 16 de ago 2021.

Em conclusão, o coletivo discute seis pontos essenciais para um urbanismo feminista, sendo que estes podem, ou não, se materializar no espaço. Contudo, podem estar presentes por meio de sensações e situações, de forma implícita. Por conseguinte, deve-se pensar nos seguintes pontos:

- **Comunidade**, visando o sentimento de pertencimento das pessoas, o que gera coesão social;
- **Equipamentos**, com infraestrutura que comportem atividades cotidianas e até mesmo descanso em áreas públicas;
- **Sinalizações**, para fáceis orientações no espaço urbano e que também torna possível enxergar rotas de fuga em situações de perigo;
- **Vigilância**, que propicia o cuidado coletivo;
- **Visibilidade**, pensando a permeabilidade visual, pois o fato de “ver e ser vista” cria sensação de proteção comunitária;
- **Vitalidade**, por locais que propiciem o encontro social e coletivo.

Desse modo, a relevância da produção deste tipo de coletivo é justamente criar subsídios para se pensar uma arquitetura e urbanismo mais cotidianos e igualitários, ao considerar os importantes recortes sociais já discutidos neste presente trabalho.

3.2 Residencial Gameleira

Segundo o memorial do projeto, o Residencial Gameleira é uma tentativa particular do arquiteto João Diniz de encarar a questão da moradia de baixo curso considerando aspectos tecnológicos, econômicos e simbólicos.

Figura 9 - Residencial Gameleira, Belo Horizonte.



Fonte: João Diniz Arquitetura Ltda. Acesso em 14 de maio de 2021.

Localizado em Belo Horizonte (MG), o conjunto dos três blocos lineares está implantado em um lote bastante acidentado, em área fronteira entre a favela dos Embaúbas e o tecido urbano do bairro da Gameleira (Figura 9), uma região limítrofe entre a cidade propriamente dita e a grande região industrial da cidade.

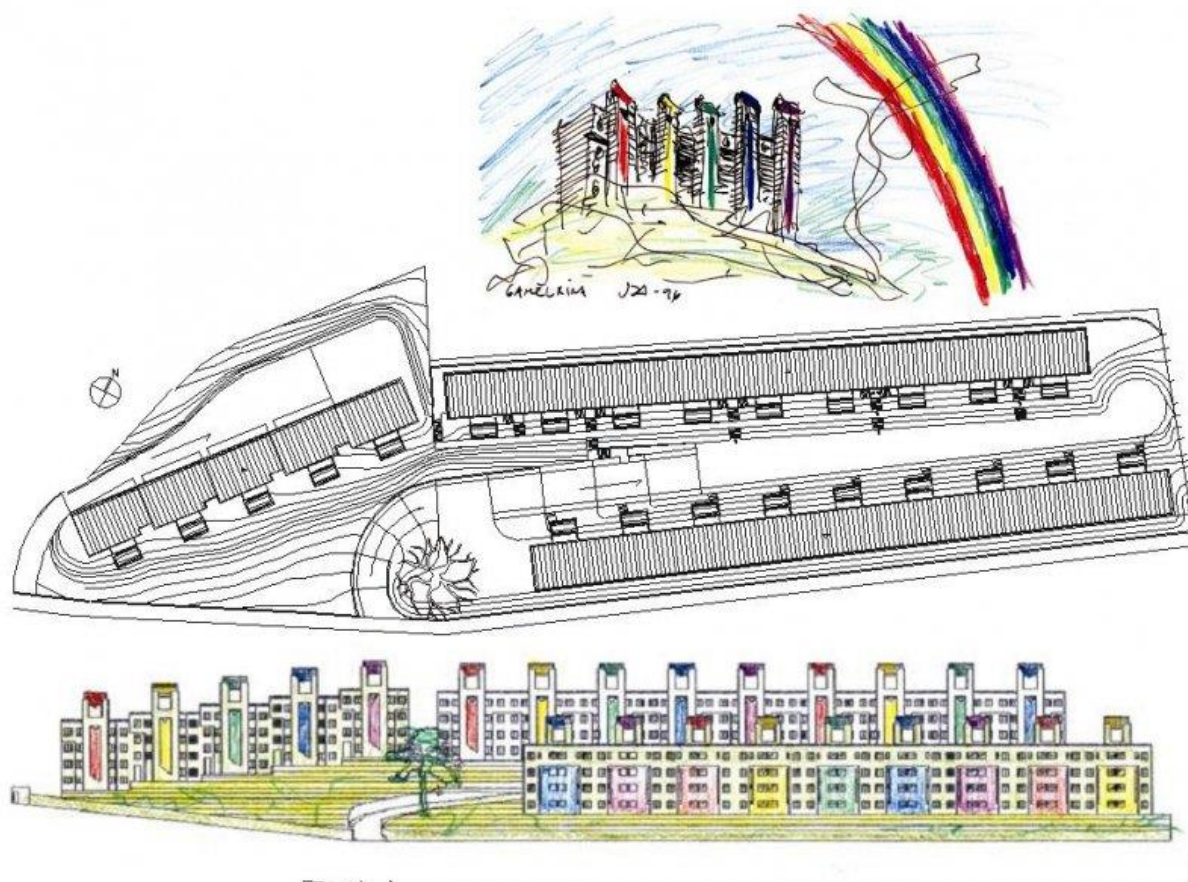
Figura 10 - Residencial Gameleira com vista para a favela dos Embaúbas.



Fonte: João Diniz Arquitetura Ltda. Acesso em 14 de maio de 2021.

Os edifícios propostos fundem a implantação aleatória dos assentamentos espontâneos do entorno com uma postura projetual clara e integrada. Assim, a volumetria recortada em alvenaria armada de blocos de concreto reflete a formação randômica da favela, enquanto as torres coloridas e ritmadas propõem atitude mais racional com a marcação do sítio e a identificação das unidades no conjunto e em seu entorno, uma opção cromática baseada no círculo cromático, no arco íris, a evolução natural das cores na natureza (Figura 10).

Figura 11 – Croquis, esquematização das cores da fachada e implantação.



Fonte: João Diniz Arquitetura Ltda. Acesso em 14 de maio de 2021.

Na primeira etapa, acesso aos apartamentos se faz pela parte posterior onde se cria um pátio interno para o primeiro bloco com cinco torres. Entre os dois blocos da segunda etapa, se propõe uma rua central, sendo um ponto de encontro dos moradores. A implantação dos edifícios lineares em níveis diferentes libera a visão do vale abaixo e das montanhas da Serra do Curral (Figura 13).

Figura 12 - Rua interna do residencial.



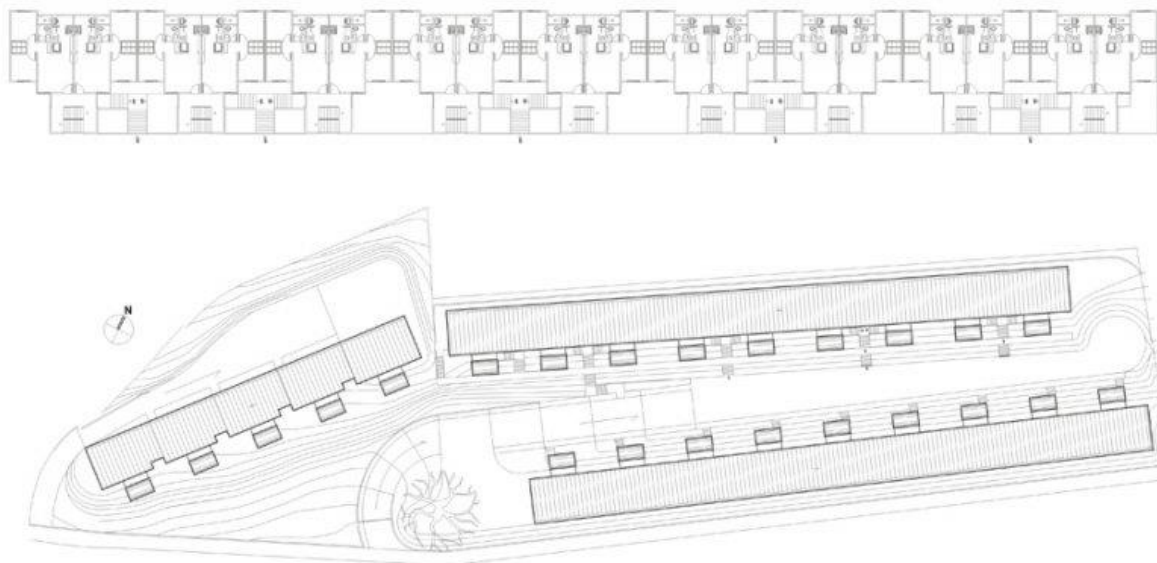
Fonte: João Diniz Arquitetura Ltda. Acesso em 14 de maio de 2021.

Figura 13 - Vista pra Serra do Curral.



Fonte: João Diniz Arquitetura Ltda. Acesso em 14 de maio de 2021.

Figura 14 - Planta baixa e Implantação.



Fonte: João Diniz Arquitetura Ltda. Acesso em 14 de maio de 2021.

FICHA TÉCNICA

Localização: Rua Cândido de Sousa 1810, bairro Gameleira, Belo Horizonte

Área total construída: 9871,00 m²

Área do lote: 8459,00 m²

Arquitetura: João Diniz Arquitetura, Belo Horizonte

Arquiteto: João Diniz

Arquitetos colaboradores: Daniela Fenelon, Flávia França, Eliane Dobsha

Término da obra: 1997

3.3 Frauen Werk Stadt I

Frauen Werk Stadt I, que no português significa “Mulheres da Cidade do Trabalho”, é um conjunto habitacional localizado em Viena, na Áustria, e é pensado por mulheres e para mulheres, sendo um dos poucos exemplos de arquitetura onde o gênero aparece desde o pensamento à concepção e execução. O projeto foi elaborado pela arquiteta Franziska Ullmann, e ela descreve em seu site que se foi pensado na relação entre exterior e interior, constituindo em ponderar sobre afazeres domésticos, comumente executado por mulheres, e no conforto familiar, desde a infraestrutura do conjunto à forma como foi implantado (CORADIN, 2014).

Figura 15 - Frauen Werk Stadt I, Viena.



Fonte: Google Imagens. Acesso em 18 de maio de 2021.

Frauen Werk Stadt I (figura 15) foi finalizado em 1997, tempo recente em relação ao desenvolvimento dos estudos de gênero na arquitetura, tendo Ullmann como ganhadora do concurso que propunha o projeto de uma habitação social que respondesse a seguinte questão: “Como seria um distrito planejado a partir da perspectiva das mulheres?”. E como resultado, houve três experiências destes conjuntos, com este em específico contendo 359 apartamentos, sendo 179 destinados ao Município e 180 à Associação de Habitação de Empregados Privados (GPA)

(ULLMANN, 2000), vivendo um quantitativo aproximado de 1000 pessoas (CORADIN, 2014).

Figura 16 - Implantação do conjunto.



Fonte: Renata Coradin, 2014.

Figura 17 – Planta baixa Frauen Werk Stadt I.



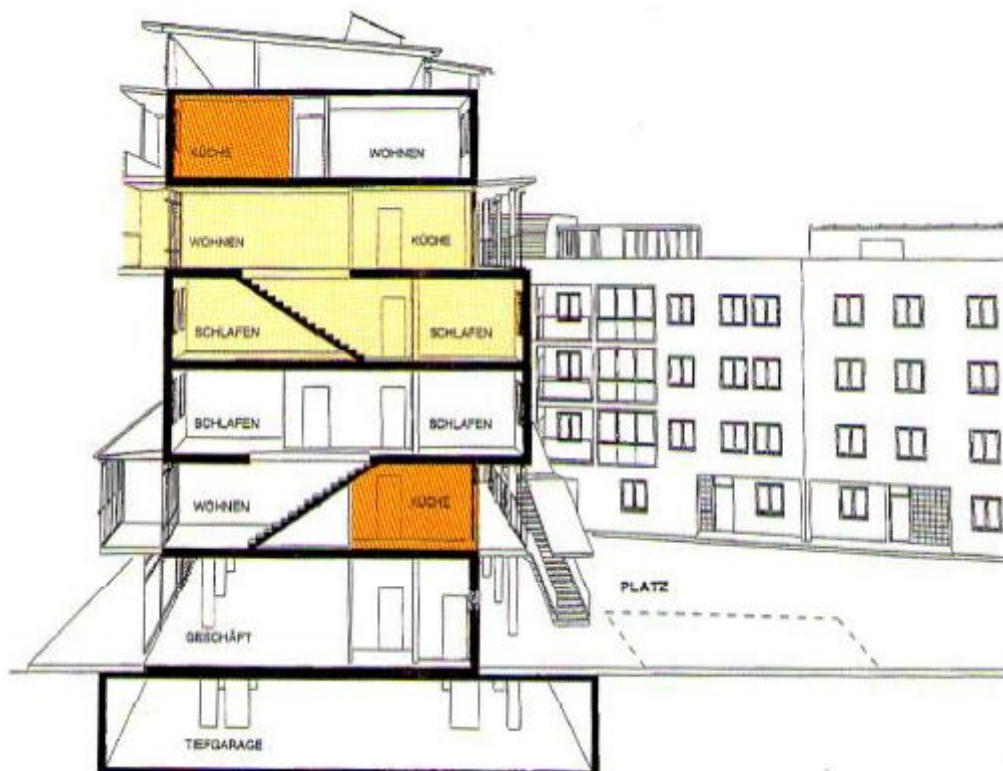
Fonte: Google Imagens. Acesso em 18 de maio de 2021.

O programa de necessidades (Figura 16) dispõe dos edifícios Franziska Ullmann, Elsa Prochazka, Gisela Podreka, Liselotte Peretti (respectivamente os

nomes das arquitetas que participaram do projeto de Frauen Werk Stadt I, II e III), espaços abertos para lazer, playground, área de lazer para jovens, praça central, uma creche, village green, e via principal (CORADIN, 2014).

Para a arquiteta Franziska Ullmann, o conjunto não poderia perder a conexão das pessoas com o transporte público, portanto pensou-se em entradas conectadas e na criação de um eixo de atividades que favorecesse o encontro entre os usuários dos espaços ao criar ambientes com diversas escalas de privacidade. Pensou-se também em uma rota de atividades, voltada para as mães do local, considerando as jornadas de trabalho destas mulheres, inspirando a relação transporte-creche-polícia-zona comercial, sendo uma rota estratégica para a organização cotidiana destas mulheres. Além disso, a circulação interna do conjunto é prioritária para pedestres, não havendo utilização de carros (CORADIN, 2014).

Figura 18 - Corte do edifício.



Fonte: KAIL, Eva (2001), in CORADIN, 2014.

O eixo de circulação interna para pedestres também cria espaços de lazer para as crianças, que podem ser observadas pelos apartamentos com as fachadas

voltadas para estas vias de circulação, gerando segurança para as crianças que brincam no térreo. O que corrobora com a ideia de segurança que Ullmann quis criar, uma vez que há, também, uma alternância de cômodos dentro dos apartamentos, tendo vistas para as entradas e ruas de pedestres em que as fachadas teriam diversos usos, não havendo uma fachada que funcionaria apenas de dia ou somente a noite, como no fato de colocar uma cozinha para esta fachada exterior (figura 18), havendo o conceito de "olhos da rua" com o movimento de pessoas mesmo dentro dos apartamentos (CORADIN, 2014).

Figura 19 - Tipologias de apartamento do Frauen Werk Stadt I.



Fonte: KAIL, Eva (2001), in CORADIN, 2014.

Também foi proposto diferentes tipologias de apartamento (figura 19) que pudessem atender uma variedade de famílias, uma vez que, segundo Ullmann, uma das reclamações das mulheres era a questão dos cômodos reduzidos na casa. Elsa Prochazka propôs, para essas variações, a flexibilidade dos cômodos que poderiam se tornar quartos, de acordo com as vontades e necessidades das famílias (CORADIN, 2014).

4. PROPOSTA

4.1 Partido Arquitetônico e Diretrizes Projetuais

Entende-se que, tornar a vida cotidiana como centralidade, se desviando das dinâmicas androcêntricas que instituem o masculino como centralidade, são um dos principais elementos que norteiam o urbanismo feminista. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo assegurar que a práxis dos gêneros e construção social no espaço urbano tem um caráter sexuado que precisa ser levado em conta no momento da concepção projetual.

Compreende-se então que observar a vida cotidiana das mulheres é fundamental para entender seus afazeres e, por conseguinte, melhorar e coletivizar as tarefas diárias, otimizando seu tempo nos afazeres do lar e permitindo um usufruto maior e mais democrático da cidade.

Por essa razão, o **partido arquitetônico** tem como intenção criar trajetos que facilitem este cotidiano feminino, materializando-os com os seguintes pontos:

- **Proposta de uma creche integrada com ateliês:** Para atender a demanda não só da das mulheres habitação proposta como também da região, oferecendo uma alternativa de cuidado dos filhos, possibilitando estas mulheres saírem para trabalhar sem se preocuparem com os afazeres da maternidade; além dos ateliês, com estrutura para receber cursos profissionalizantes, criando novas alternativas de trabalho para estas mulheres, principalmente para as mais jovens, muita essas que engravidaram na adolescência e por conseguinte, abandonaram seus estudos para dar foco às responsabilidades maternas.

- **Valorização do pedestre e os espaços livres:** Criação de percursos entre os blocos, criando eixos de atividades, com enfoque nos espaços livres e de uso comum centralizados no projeto, de uso exclusivo para pedestres, não sendo permitido a entrada de carros;

- **Paisagismo e o conforto térmico:** Criação de percursos paisagísticos como forma de gerar salubridade, conforto térmico e condições de habitabilidade nos espaços de vivência, além da criação de brises que supra a necessidade de cada bloco habitacional.

Sob as ideias explicitadas nos partidos da proposta, têm-se como diretrizes:

1) Qualidade de vida e segurança para crianças e adolescentes: Criação de espaços de lazer centralizados dentro do projeto proposto, fazendo com que as

crianças deixem de brincar nas ruas, além da utilização do conceito de “social eyes”, onde a própria vizinhança fornecerá essa segurança dentro da habitação;

2) Possibilidade de trabalhar e gerar renda: Pela ausência de espaços de lazer para crianças e adolescentes dentro dos modelos de HIS produzidas pelo estado, as mães locais se veem em posição de cuidar com os filhos, sendo responsáveis por eles grande parte do dia, uma vez que não há equipamentos urbanos que deem o suporte para que estas mulheres possam trabalhar fora e assim garantir uma renda familiar maior. Sendo assim, o projeto tem como objetivo criar subsídios que englobem a possibilidade de as mulheres terem empregos formais, trazendo um suporte a elas através de equipamentos que facilitem a vida cotidiana para elas e seus filhos.

3) Socialização e espaços de uso coletivo: Uma das diretrizes tomadas tem como objetivo criar espaços de lazer que também atenda a adultos e idosos, e propor ambientes de uso coletivo em cada bloco, para criar uma relação entre os moradores.

4) Espaço interno amplo dentro das unidades habitacionais: Ao analisar as HIS produzidas pelo Estado, vê-se propostas de unidades habitacionais com áreas mínimas, com o intuito de reduzir gastos, sendo, portanto, negligente com os habitantes, criando transtorno para as famílias e gerando desconforto no local. Devido a isso, o projeto proposto tem como objetivo trabalhar com áreas confortáveis, porém dentro da legislação municipal, para gerar uma maior qualidade de vida para os moradores.

5) Psicologia das cores e a identidade visual: Quando se pensa em Habitação de Interesse Social, vem a cabeça a imagem de habitações padronizadas, sem uma identidade, sendo assim, todas semelhantes. O intuito desse trabalho é criar identidade visual para essas habitações, tornando cada bloco único, com a aplicação da psicologia das cores nas fachadas das habitações, criando estímulos psico-espaciais.

Neste sentido, a seguir se tem uma tabela (1) que sintetiza as diretrizes abordadas, apontando as problemáticas centrais e as decisões projetuais para resolução.

Tabela 1 – Síntese das diretrizes projetuais

PROBLEMÁTICA	RESOLUÇÃO PROJETUAL	JUSTIFICATIVA
1) Falta de segurança e qualidade de vida para crianças e adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos de lazer centralizados dentro do lote (quadra poliesportiva, playground); - Proposta projetual com o conceito "olhos da vizinhança". 	Para que estas deixem de brincar na rua e fiquem dentro de locais seguros, se propõe então uma implantação de equipamentos de lazer centralizados, se utilizando do conceito "olhos da vizinhança".
2) Impossibilidade de trabalhar e gerar renda por não ter onde deixar o filho	<ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos de lazer voltado para crianças e adolescentes; - Creche integrada com ateliês com estrutura para receber cursos profissionalizantes. 	O projeto tem como objetivo criar subsídios que englobem a possibilidade das mulheres terem empregos formais, trazendo um suporte para elas através de equipamentos que facilitem a vida cotidiana para ela e seus filhos, além da chance de se profissionalizarem e conseguirem novos meios de obter renda.
3) Dificuldade de socialização e falta de espaços de uso coletivo	<ul style="list-style-type: none"> - Espaços de lazer que atenda todas as faixas etárias; - Espaços de uso coletivo (lavanderia coletiva, espaços para guardar, oficinas, salas de estudo). 	Com a falta desses equipamentos e com a deficiência de espaços de socialização, a ideia é propor ambientes de uso coletivo em cada bloco, para criar relações entre os moradores.
4) Espaços internos confortáveis nas unidades para as famílias	<ul style="list-style-type: none"> - Ambientes com áreas que fogem do mínimo exigido pela legislação, com espaços amplos e confortáveis, com possibilidade de modificação de layouts. 	Visto a falta de espaços apropriados nas HIS já existentes, a proposta é gerar ambientes confortáveis, respeitando a legislação municipal, para gerar uma maior qualidade de vida para os moradores.
5) Psicologia das cores e identidade visual	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma identidade visual através do uso das cores para criar estímulos psico-espaciais. 	A proposta é evitar que estes edifícios fujam da imagem das HIS padronizadas já existentes, trazendo individualidade para os blocos.

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

4.2 Estudo do terreno e do entorno

A região escolhida para a implantação da Habitação de Interesse Social proposta encontra-se na cidade de Palmas-TO, localizada na região das ARNOs, mais precisamente na ALC-NO 33. A escolha se vem por conta de 3 fatores: favorecer as mulheres em situação de vulnerabilidade social do entorno, possuir uma boa localização, por estar próximo à Praia das Arnos e da Avenida Parque (NS-15), e por ser uma área de ZEIS TIPO 1, tendo, portanto, o uso ideal para a implantação do projeto proposto.

Figura 20- Mapa de Palmas



Fonte: Google Earth – Adaptado pela autora, 2021.

É necessário, sempre que possível, possibilitar uma boa localização para implantação de HIS, provida de abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário, pavimentação em ruas e calçadas, presença de comércio local e equipamentos públicos. Para melhor aproveitamento da infraestrutura se faz necessário um adensamento populacional, barateando a implantação da mesma.

Figura 21 - Entorno da área de estudo



Fonte: Google Earth – Adaptado pela autora, 2021.

No recorte do entorno (Figura 21), temos as quadras ARNO-33 (307 Norte) e ARNO-43 (407 Norte), quadras bem adensadas, com grande fluxo de pessoas, principalmente na ARNO-33, por ter uma forte demarcação de comércio vicinal no interior da quadra, com pequenos estabelecimentos de serviços básicos como supermercados, panificadoras, farmácias, entre outros, além da presença uma feira coberta. Nas quadras do entorno também é possível encontrar escolas de ensino fundamental e médio, quadras poliesportivas, uma delegacia de polícia civil e supermercados de médio porte.

A quadra de estudo se localiza as margens da avenida Parque (NS-015), uma via arterial importante dentro do município, com porte estrutural para receber grande fluxo de carros, incluindo transportes de carga, como caminhões, e que dá acesso a locais importantes do município, como a Universidade Federal do Tocantins (UFT), a Praia da Graciosa e a Avenida JK. Próximo ao lote, indo de acesso pela Avenida 01,

temos a Praia das Arnos, ponto turístico de lazer de destaque da região, com grande fluxo principalmente de pedestres, que usam a avenida para a prática de exercícios físicos.

Figura 22 - Área de estudo - Lote HM-03



Fonte: Google Earth – Adaptado pela autora, 2021.

O terreno apresenta qualidades tanto por parte física, um terreno plano, com massa arbórea nativa (Figura 22) que evita a erosão e garante um clima agradável, além de vista privilegiada para o lago, próxima a Praia das Arnos. O terreno apresenta pouca declividade, o que corresponde cerca de 2,5%.

Dentro do perímetro urbano há leis, normas e códigos e, na escolha do lote para o projeto arquitetônico proposto, o primeiro dado levantado deve ser a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 386). Segundo a lei, a quadra escolhida é definida como

Área de Cultura e Lazer (ALC), mas também é definida no Plano Diretor como área de ZEIS tipo 1, tendo duas HIS já implantadas na área.

Com base na Lei de Uso e Ocupação do Solo e da Certidão de Uso e Ocupação do solo (nº30/2014) da ALC-NO 33, pode levantar os seguintes dados sobre o lote HM-03:

Tabela 1 - Lei de uso e ocupação do solo e dados do lote

LOCALIZAÇÃO	ALC-NO 33 (ALC 309 Norte), localizado entre as alamedas 06 e 10, HM-03		
ÁREA DO TERRENO	12.669,47 m ²		
TAXA DE OCUPAÇÃO HM-03	20%		
TAXA DE OCUPAÇÃO HM-03 (12.669,47/20%)	2.533,89 m ²		
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO	2		
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO (12.669,47 x 2)	25.338,94 m ²		
AFASTAMENTOS DO LOTE	Frente	6m	
	Fundo	6m	
	Lateral	6m	

Fonte: Lei nº 386 e nº30/2014

4.3 Projeto

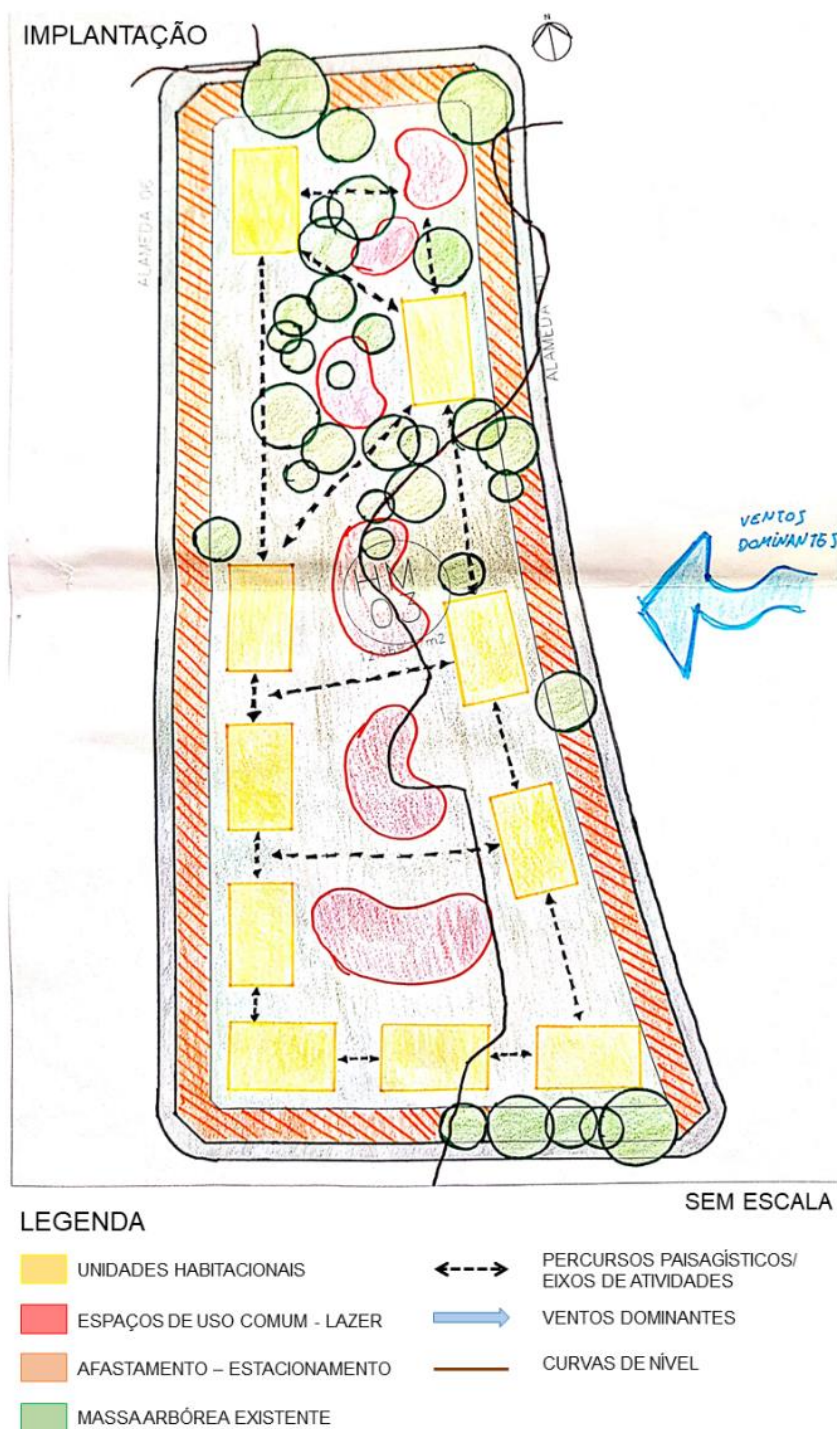
Com base em todos os dados levantados até o momento, foi desenvolvido um programa de necessidades que tem como objetivo aprimorar a vida das mulheres chefes de família que irão ocupar estes espaços. Dito isso, o programa tem como objetivo:

- Criar conexões entre o lote e a rua;
- Centralização das áreas de uso comum, favorecendo exclusivamente os pedestres, além da criação de conexões entre todas as entradas, blocos e equipamentos propostos, criando assim um eixo de atividades;
- Percursos artísticos e paisagísticos, gerando conforto térmico, salubridade, gerando uma composição estética harmoniosa, aumentando também o contato com a natureza;

- Implantação de uma creche integrada com ateliês no projeto, perto das entradas do lote, para facilitar o percurso das mães na hora de ir e voltar do trabalho;
- Espaços de lazer que atenda a todas as faixas etárias, como uma quadra de esportes, playground, salão de festas, e um pequeno parque;
- Ambientes de uso coletivo, como lavanderias coletivas em todos os blocos, espaço para o cultivo de hortas, “espaços para guardar”, oficinas, salas de estudo, com o objetivo de criar relações entre os moradores;
- Planta livre e aberta, onde a mulher possui o controle de que acontece em todos os ambientes, criando conexão da unidade habitacional com o lote e a rua, se utilizando do conceito de “social eyes”, gerando uma maior segurança para os moradores, além da implementação de uma varanda e a proposta de um “quintal”, para o cultivo de hortas;
- Planta baixa com tipologia de cozinha, sala, banheiro, dois quartos, varanda e “quintal”;
- Paisagismo como ponto forte do projeto, sendo implementado dentro e fora dos blocos.

Dito isso, com base no programa de necessidades, foi desenvolvida uma proposta inicial de implantação (Figura 23) que engloba os tópicos pautados acima:

Figura 23 - Implantação



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A proposta constitui dez blocos habitacionais, com duas tipologias diferentes, onde uma possui o térreo sob pilotis, com a ideia de ter um térreo livre para uso comum, criando um espaço para a realização de atividades, gerando uma maior circulação dentro do projeto, trazendo mais integração e fluidez. O segundo tipo de

bloco possui um térreo adaptado dentro das normas da NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) para PCD. Todos os blocos possuem quatro pavimentos com duas unidades habitacionais em cada andar e circulação horizontal e vertical (escada). Ao total são 80 apartamentos dentro do conjunto habitacional proposto.

Segundo a Lei Complementar nº 209 de 4 de Junho de 2010, o tamanho máximo das unidades habitacionais não pode exceder 75,00 m, sendo assim, foram propostas três tipologias de apartamento, com as seguintes áreas:

Tabela 2 - Quadro de área dos blocos e aptos

TIPOLOGIA	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL APTO	ÁREA TOTAL
Bloco sob pilotis com 1 pav tipo com planta baixa rebatida	8 blocos	A = 70,78 m ²	A = 182,60 m ²
Bloco térreo, com 2 pav. Tipo, com térreo adaptado PCD	2 blocos	A = 74,50 m ²	A = 197,60 m ²

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Conforme o projeto foi se desenvolvendo, a implantação acabou sofrendo algumas alterações, para se ajustar a todas as normas da lei complementar nº 209, incluindo o afastamento mínimo entre blocos, onde um edifício com quadro pavimentos precisa cumprir um distanciamento de 6 metros entre blocos, chegando então a seu resultado final, como mostra a figura (24).

Figura 24 - Implantação definitiva



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Além dos blocos habitacionais, o presente trabalho propõe uma creche, com duas salas com banheiros, banheiro adaptado para PCD (NBR 9050), uma brinquedoteca, além de estar integrada com três ateliês, onde a proposta é dar suporte as mulheres chefes de família que precisam sair para buscar o sustento do lar, mas que, ao mesmo tempo, necessitam cumprir com as obrigações maternas e não tem com quem deixar os filhos. Já os ateliês foram pensados para receber eventos profissionalizantes no local, podendo gerar novos meios de renda, buscando beneficiar principalmente jovens mulheres que não tiveram a oportunidade de se graduar, devido a uma gravidez precoce.

Locado mais ao norte do lote, tem-se um salão de festas, que serve também como um salão de reuniões para os moradores, contendo banheiros para o uso geral, uma cozinha e um almoxarifado.

Centralizada no lote, foi implantada uma quadra poliesportiva, pensando em atender as crianças não só da habitação proposta como também as que vivem no entorno. Bem ao centro foi proposto um playground, bem aos olhares da vizinhança, gerando mais segurança dentro do conjunto habitacional e para estas crianças que ocuparão esses espaços.

Nos afastamentos do lote foi proposto a implantação de estacionamentos, com 38 vagas para carros nas dimensões 2,5 x 5 metros, 2 vagas PCD e 10 vagas de moto, todas localizadas nas extremidades tanto leste quanto oeste da área de estudo. A lei complementar nº 209 exige, no mínimo, 1 vaga para cada 3 apartamentos e, no máximo, 1 vaga por apartamento.

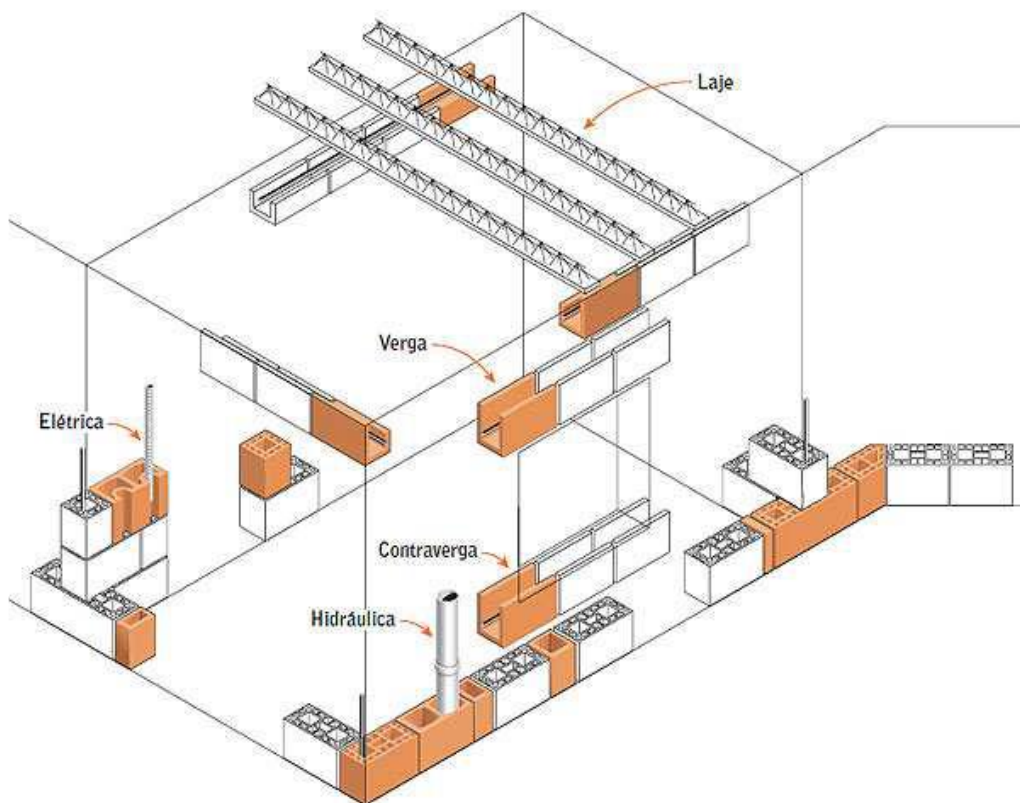
4.4 Sistema construtivo

A estrutura a dotada é mista de concreto armado nos pilotis e alvenaria estrutural nos apartamentos por ser mais viável do ponto de vista econômico. Durante a fase de elaboração do projeto arquitetônico de HIS a modulação é muito importante, pois facilita a racionalização de materiais. O bloco utilizado, por sua vez, deve facilitar essa modulação, mas não deve comprometer as áreas mínimas de cada ambiente.

No projeto proposto foi escolhido como sistema construtivo o bloco estrutural cerâmico, que consiste em um sistema de construção onde as paredes, além da função de vedação, são responsáveis pela absorção dos esforços solicitantes do projeto.

A escolha do bloco estrutural cerâmico como sistema construtivo no projeto busca favorecer a redução de etapas da obra, pois não são usadas formas de madeira, o aço utilizado é em menor escala e a execução das instalações é realizada junto com a alvenaria. Com isso as fases são reduzidas e a construção se torna mais rápida e barata, fatores muito importantes em obras de caráter social. A economia gerada pelo uso do bloco estrutural pode chegar a 25%. (SILVA, 2007)

Figura 25 - Sistema construtivo de Alvenaria Estrutural



Fonte: Silva (2007)

Tais vantagens serão alcançadas através da elaboração e coordenação de projetos bem estudados, da utilização de materiais e mão de obra qualificada e da correta organização e planejamento da obra.

Esse sistema construtivo apresenta como desvantagem a limitação de futuras reformas (as paredes não podem ser retiradas), vãos e lajes em balanço. Recomenda-se ter algumas paredes de vedação para facilitar as adequações das reformas.

O bloco estrutural cerâmico tem vantagens que melhor se adapta ao clima e disponibilidade no mercado de Palmas, pois apresentam um desempenho superior



em conforto térmico e acústico e não possuem problemas de retração na secagem como o bloco estrutural de concreto. (PRATES, 2000).

O bloco cerâmico estrutural ainda apresenta uma grande absorção superficial onde resulta em ótima aderência aos mais diversos tipos de revestimentos existentes no mercado.

4.5 Paisagismo

Foi realizado um levantamento na área de estudo acerca das espécies de árvores já existentes no lote, e pode-se observar uma predominância das espécies *Caryocar brasiliense*, mais conhecido como Pequiizeiro (Figura 23), com porte de 6 a 9 metros de altura, e *Anacardium nanum*, popularmente chamado de Cajuzinho-do-Cerrado (Figura 24) com porte de até 10 metros.

Figura 26 - Espécies já presentes na área de estudo

	<p><i>Caryocar brasiliense</i> (Pequiizeiro) 6 a 9 metros de altura</p>
	<p><i>Anacardium nanum</i> (Cajuzinho-do-Cerrado) Porte de até 10 metros</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Para a proposta projetual, pensou-se na escolha das espécies para usos específicos dentro do lote. É proposto então:

ESTACIONAMENTO

Visando minimizar a incidência solar na área de estacionamento de maneira natural, tem como escolha as árvores *Campomanesia phaea* (Cambuci), com porte médio de 3 a 5 metros, e *Schinus terebinthifolius* (Aroeira), com porte médio de 5 a 10 metros de altura, ambas semidecíduas com foco no sombreamento.

Por suas generosas capacidades de proteção, ambas as árvores desta área podem ser adornadas com plantas mais delicadas como o *Philodendron undulatum* e *Philodendron bipinnatifidum* (plantas de meia sombra) criando composições no tronco.

Figura 27 - Espécies propostas para a área do estacionamento


	<p><i>Campomanesia phaea</i> (Cambuci) 3 a 5 metros</p>
	<p><i>Schinus terebinthifolius</i> (Aroeira) 5 a 10 metros de altura</p>
	<p><i>Philodendron undulatum</i></p>
	<p><i>Philodendron bipinnatifidum</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

PERCURSO ENTRE BLOCOS

Para compor os caminhos foi pensado uma composição de plantas adequadas para sol pleno, como a *Tradescantia pallida purpurea*, *Dracaena fragrans* e a *Alpinia purpurata*.

Figura 28 - Espécies propostas para os percursos entre blocos

	<i>Tradescantia pallida purpurea</i>
	<i>Dracaena fragrans</i>
	<i>Alpinia purpurata</i>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

BLOCO HABITACIONAL

Os prédios contarão com um sistema de Fachada Verde Indireta em Treliça Modular para os jardins verticais internos e externos, que consiste em uma grade facilmente aplicada à estrutura onde a vegetação se prende formando assim o efeito desejado, popularmente conhecido como brise vegetal. É possível adicionar à treliça peças como vasos ou cuias de parede conforme a necessidade de cada planta.

Figura 29 - Treliça Modular






Fonte: Site GSR Architectural (2013)

FACHADA NORTE E OESTE

Para compor Jardim Vertical nas fachadas norte e oeste, foram escolhidas plantas trepadeiras que pudessem suportar a grande quantidade de incidência solar, foram escolhidas as espécies *Parthenocissus tricuspidata* (Hera-Japonesa), *Clerodendrum thomsoniae* (Lágrima-de-Cristo), e a *Jasminum polyanthum* (Jasmim-dos-poetas).

Figura 30 - Proposta para as fachadas Norte e Oeste


	<p><i>Parthenocissus tricuspidata</i> (Hera-Japonesa)</p>
	<p><i>Clerodendrum thomsoniae</i> (Lágrima-de-Cristo)</p>
	<p><i>Jasminum polyanthum</i> (Jasmim-dos-poetas)</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

FACHADA LESTE E SUL

As fachadas Leste e Sul possuem a vantagem de ter incidência solar moderada, sendo assim é possível criar composições mais diversas em relação às outras. Além da *Parthenocissus tricuspidata*, que será utilizada para as fachadas norte e oeste, e da *Philodendron undulatum*, especificado para o uso nos estacionamentos, nestas fachadas foram usadas as plantas *Ipomeia azul*, *Monstera deliciosa* (Costela-de-adão), *Epipremnum pinnatum* (Jiboia) e a *Syngonium angustatum*.

Figura 31 - Proposta para as fachadas Leste e Sul







	<p><i>Parthenocissus tricuspidata</i> (Hera-Japonesa)</p>
	<p><i>Philodendron undulatum</i></p>
	<p><i>Ipomeia azul</i></p>
	<p><i>Monstera deliciosa</i> (Costela-de-adão)</p>
	<p><i>Epipremnum pinnatum</i> (Jiboia)</p>
	<p><i>Syngonium angustatum</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

PAREDE VERDE INTERNA:

Para o jardim vertical interno foram usadas plantas que se adaptam bem à sombra criando assim outras composições para o observador, como as já mencionadas *Philodendron undulatum*, *Monstera deliciosa*, *Ipomeia azul*, *Epipremnum pinnatum*, além das espécies *Platynerium bifurcatum* (Chifre-de-veado), *Hosta spp* e a *Soleirolia soleirolii* (Lágrimas-de-bebê).

Figura 32 - Proposta para fachada verde interna

	<i>Philodendron undulatum</i>
	<i>Ipomeia azul</i>
	<i>Monstera deliciosa</i> (Costela-de-adão)
	<i>Epipremnum pinnatum</i> (Jiboia)
	<i>Syngonium angustatum</i>
	<i>Hosta spp</i>
	<i>Soleirolia soleirolii</i> (Lágrimas-de-bebê)

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou o percurso teórico que fundamentou as possibilidades do objetivo final deste trabalho: o projeto arquitetônico de habitação de interesse social feito sob a ótica do recorte de gênero pensado para facilitar o cotidiano feminino das mulheres que viriam a morar no conjunto habitacional proposto e para aquelas que se encontram entorno, visando principalmente as mulheres chefes de família. Neste sentido, discutir teoria e prática do fazer técnico da arquitetura é um processo que se mostra, neste trabalho, para além de interdisciplinar, algo interseccional, devido as diversas matrizes necessárias para contextualizar a vivência feminina na casa e no espaço urbano.

Desta maneira, as ideias aqui apontadas vislumbram uma crítica sobre como a cidade e o urbano são construídos, sob a ótica de uma sociedade patriarcal que cristaliza a mulher em espaços que diluem seu poder de decisão, diminuindo a representatividade feminina em locais que, em teoria, deveriam ser para todos. Logo, essa investigação buscou entender de onde parte o androcentrismo que antecede a construção da casa e da cidade, até se aproximar de como estas práxis se encaixam na construção da arquitetura e do meio urbano.

A importância também de percorrer pelas lutas feministas se dá ao fato de as mulheres abrirem grandes frentes de reivindicações que dizem respeito não apenas a elas, mas a sociedade de modo geral, visto a igualdade que o feminismo busca, adentrando também a ideia da mulher chefe de família e toda a discussão abordada neste trabalho sobre suas diversas jornadas e seu protagonismo no cotidiano do lar.

Das dificuldades encontradas na produção deste trabalho, foi notável o desafio de fazer levantamento de campo e a abordagem do cotidiano dessas mulheres devido à pandemia do Covid-19, que se deu início no ano de 2020 e que, infelizmente ainda se perpetua até o presente momento.

Concluindo, digo que encontrar o equilíbrio entre a discussão proposta neste trabalho e o projeto arquitetônico descrito requereu uma prática cotidiana difícil e com esforços constantes para atingir uma compreensão que pudesse se traduzir em um bom projeto. Por este motivo, reitero a necessidade de se continuar pensando o recorte de gênero nas cidades e nas habitações, discutir feminismos nas diversas esferas que a vida tem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHITECTURAL, GSR. **The living screen: Trellis systems**. 2013. Disponível em: <http://gsrarch.com/the-living-screen-trellissystem/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ª edição, 2001.

BINDA HEISEROVÁ, Silvia. **El obelisco como falo simbólico: reflexión crítica sobre el falocentrismo**. 2014. Dissertação de mestrado - Universidad Politecnica de Valencia, València. 2014.

BONDUKI, Nabil. **Espaço público, Habitação Social e Arquitetura Moderna**, 1997.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Editora FAPESP, 1998.

BONDUKI, Nabil e LEITE, Maria de Jesus Brito. Habitação Popular. In Montezuma, Roberto (organizador). **Arquitetura Brasil 500 anos**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2008 (pág. 22 a 120).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. / Pierre Bourdieu; Trad. Maria Helena Kuhner. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.977**, de 7 de Julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. **Avanços e desafios: Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

CAVALCANTI, Lauro. **Casas Para o Povo**. 1987. 128 f. Dissertação – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos feministas 1, p.171-189, 2002.

COL LECTIU PUNT 6. **Urbanismo feminista**. Por una tranformación radical de los espacios de vida. Barcelona: Virus Editora, 2019.

CORADIN, Renata Fragoso. **ARQUITETURA E GÊNERO: três projetos em Viena**. In: I Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible, 2014, Barcelona. I Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible. Barcelona: Master Laboratorio de la Vivienda Sostenible del Siglo XXI, 2014.

CUNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. **Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família**. Aletheia, Canoas, n. 43-44, p. 37-49, ago. 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, João. Residencial Gameleira, 1996. Disponível em: <<https://www.joaodiniz.com.br/projetos.php?id=8&sub=42>>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

FERREIRA, F,P. "A Habitação e a Moral", in **Revista do Arquivo Municipal** 82, 1942.

FRANCO, Roseli de Mello. **Projeto “Minha Casa, Minha Vida” - A inserção da mulher na chefia monoparental: estudo de caso no Jardim do Valle**, em

Araraquara/SP/Roseli de Mello Franco - Araraquara: Universidade de Araraquara, 2016.

FRASER, Nancy. **O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História**. Revista Mediações. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Traduzido por Ancelmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. Londrina, v.14, n.2 p. 11-33, Jul/Dez. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** ; tradução de Gabriel Salvi Philipson. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MONTEIRO, Poliana. **A Produção Feminista do Espaço – Costurando uma Colcha Epistêmica para Pensar a Cidade e as Lutas Urbanas**. XVIII ENANPUR. Natal, 2019.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. **Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa**. Revista Psicologia e Sociedade, 18, 49-55, 2006.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Carmen Portinho e o habitar moderno: teoria e trajetória de uma urbanista**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 69-82, maio 2007.

PRATES, C. **Alvenaria: Como projetar a modulação**. Associação Brasileira de Cimento Portland. Recife: 2000.

PALMAS. Prefeitura Municipal de Palmas. Lei no 386/93. Diário Oficial. de 17 de fevereiro, 1993.

PALMAS. Prefeitura Municipal de Palmas. Lei Complementar no 209. Diário Oficial. de 4 de junho, 2010.

Romullo Baratto. "Grupo Safra compra edifício "The Gherkin" em Londres" 11 Nov 2014. ArchDaily Brasil. Acessado 23 Jan 2021. <<https://www.archdaily.com.br/br/757062/grupo-safra-compra-edificio-the-gherkin-em-londres>> ISSN 0719-8906

ROLNIK, R.; REIS, J.; SANTOS, M. P. e IACOVINI, R. F. G. (2011). **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada.

SANTOS, Jéssica Gomes. **"Minha Casa Minha Vida"**: Possibilidades de Emancipação Política para as Mulheres?. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Santa Catarina, 2017.

Secretaria de Estado de Habitação. **Como Delimitar e Regulamentar Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, de Vazios Urbanos.** Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

Secretaria de Estado de Habitação. **Sustentabilidade e inovação na habitação popular: o desafio de propor modelos eficientes de moradia.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2010.

SILVA, A.M. COSTA, C.G. **Alvenaria Estrutural com Bloco Cerâmico.** UNISUL. Tubarão: 2007

SILVA, A. A. **Reforma Urbana e o Direito à Cidade.** São Paulo: Instituto Pólis, 1991.

SILVA, Rachel Coutinho M. da. Carmen Portinho: engenheira da prefeitura do distrito federal, difusora do urbanismo e uma feminista avant-garde. **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 12, p. 59-75, fev. 2017. Semestral.